



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA

THIAGO DA CONCEIÇÃO DIAS

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de Sociologia

Bacabal – MA

2021

THIAGO DA CONCEIÇÃO DIAS

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de Sociologia

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia como requisito para a obtenção do grau de graduado pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro Universitário de Bacabal.

Orientador: Prof. Dr. Wheriston Silva Neris

Bacabal – MA

2021

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA**

DIAS, Thiago da Conceição.

Educação das relações étnico-raciais : reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de Sociologia / Thiago da Conceição Dias. - 2021.

72 f.

Orientador(a): Wheriston Silva Neris.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2021.

1. Livro Didático. 2. Relações Étnico-Raciais. 3. Sociologia. I. NERIS, Wheriston Silva. II. Título.

THIAGO DA CONCEIÇÃO DIAS

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de Sociologia

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia como requisito para a obtenção do grau de graduado pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Centro Universitário de Bacabal.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Wheriston Silva Neris
Doutorado em Sociologia - UFS
(Orientador)

Prof.^a Grace Kelly Silva Sobral Souza
Mestrado em Políticas Públicas - UFMA
(1º Examinadora)

Prof.^a Maria José dos Santos
Doutorado em Educação - UFRN
(2º Examinadora)

Primeiramente dedico este trabalho a minha querida mãe dona Nete, que me ensinou com o seu amor, dedicação e carinho... a respeitar todos os seres da terra. Dedico também este estudo a mim mesmo por ter superado as dificuldades que me limitavam. Com o fechamento desse ciclo, ressalto a importância de acreditar em si mesmo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma pequena parcela do quanto adentrar no meio acadêmico e conhecer diferentes pessoas e diferentes histórias, possibilitam pessoas a ter um olhar mais sensível e a lutar pelo que se acredita. É um lugar onde tudo se transforma, e que também me transformei e continuo me transformando. Primeiramente, agradeço a todos que de certa forma lutaram e contribuíram para que eu pudesse superar as dificuldades encontradas no caminho e desenvolvesse o estudo. Em especial a minha família (meus pais e irmãos) pelo carinho e por estarem sempre do meu lado torcendo por mim.

O agradecimento especial também vai para a professora Ceália, que sempre esteve disposta a me ouvir, me dando apoio constantemente nos trabalhos, e fazendo que meu desenvolvimento profissional fosse o melhor possível, cujas orientações e dicas de produção e apresentação de trabalhos levarei comigo. Estará sempre no meu coração.

Agradeço também a minha querida professora e mestra das mestras Grace Kelly pela paciência e inteligência, pois com capacidade e empenho soube me orientar da melhor forma possível em diversos trabalhos. Obrigado por ter acreditado que eu chegaria até aqui. O seu voluntarismo docente em trabalhar com o tema das relações étnico-raciais serviu profundamente como inspiração na minha pesquisa.

Agradeço também ao professor Wheriston, meu orientador querido, por aceitar me orientar nesse último gol de placa na graduação. Obrigado por confiar em mim e por acreditar que posso ter um futuro promissor.

Também não posso deixar de agradecer aos amigos de diversas ocasiões, cujo os melhores momentos na UFMA foram ao lado de vocês. A Rosy Porto pela companhia e hospedagem em diversos momentos. Minha grande amiga Márcia Braga pelo carinho e apoio. A Vanessa Reis, minha parceira de trabalhos. A Luana Rocha pela parceria no Residência. A Samara Oliveira pelas papos nas viagens. E a todos não citarei aqui. Saibam que suas companhias tornaram a minha jornada mais agradável e alegre. Vocês foram maravilhosos.

Agradeço a coordenadora do meu curso, a professora Maria José, pela gentileza em diversos momentos. A escola Centro de Ensino Arimathéa Cysne pela maravilhosa experiência que adquiri. E a todos aqueles que sempre estiveram e continuam na torcida por mim.

A todos e todas, o meu muito obrigado!

“O povo negro pede igualdade, deixando de lado as separações”

(Faráó Divindade do Egito - Margareth Menezes)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar no livro didático de sociologia de uma escola de ensino médio da rede pública estadual de Bacabal – MA, o processo de implementação da Lei nº 10.639/03 que instituem, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileira e africana. Essa proposta busca problematizar e desnaturalizar as concepções estereotipadas que conferem aos povos africanos e afro-brasileiros uma pretensa inferioridade. Além disso, a pesquisa analisa de que modo as relações étnico-raciais têm sido abordadas no ensino de sociologia e quais possibilidades a ciência sociológica pode ajudar na implementação de uma educação antirracista, na valorização e no respeito à diversidade étnico-racial brasileira. O trabalho está dividido em dois momentos. O primeiro aborda a história da escravização no Brasil, o legado cultural dos povos africanos, os conceitos de raça, cultura, representatividade negra e as articulações e movimentos de resistência que contribuíram para implementação de leis federais que complementa uma educação antirracista. O segundo traz uma discussão sobre a educação das relações étnico-raciais através dos resultados obtidos pela análise do livro didático *Sociologia em Movimento* utilizado na escola. Como metodologia para a investigação optou-se pelo estudo de caso com a contribuição da revisão bibliográfica e documental desenvolvida sob a perspectiva qualitativa, por meio da análise do livro didático e da observação de ações pedagógica antirracista na escola. Apesar do processo de implementação de uma educação para relações étnico-raciais está efetivando-se numa dinâmica de avanços e retrocessos, a experiência com a escola pesquisada expressa a necessidade de mobilização de ações curriculares significativas. Nesta perspectiva, conclui-se com os resultados desse estudo a necessidade de ressignificação de textos, imagens e culturas da população africana e afro-brasileira nos livros didáticos, uma vez que a visibilidade da população negra está caminhando para uma construção positiva.

Palavras-Chave: Sociologia; Livro Didático; Relações Étnico-Raciais; Movimento negro.

ABSTRACT

This study aims to analyze the sociology textbook of a public high school in Bacabal, MA, the process of implementing Law 10.639/03, which institutes, respectively, the mandatory teaching of African and Afro-Brazilian history and culture. This proposal seeks to problematize and denaturalize the stereotypical conceptions that confer on African and Afro-Brazilian peoples an alleged inferiority. Furthermore, the research analyzes how ethnic-racial relations have been addressed in sociology teaching and what possibilities sociological science can help in the implementation of an anti-racist education, in the appreciation and respect for Brazilian ethnic-racial diversity. The work is divided in two parts. The first deals with the history of slavery in Brazil, the cultural legacy of the African people, the concepts of race, culture, black representation, and the articulations and resistance movements that contributed to the implementation of federal laws that complement an anti-racist education. The second brings a discussion about the education of ethnic-racial relations through the results obtained by the analysis of the textbook *Sociology in Movement* used in the school. As methodology for the investigation it was chosen the case study with the contribution of the bibliographical and documental review developed under the qualitative perspective, through the analysis of the textbook and the observation of antiracist pedagogical actions in the school. Although the process of implementing an education for ethnic-racial relations is taking place in a dynamic of advances and setbacks, the experience with the school researched expresses the need to mobilize significant curricular actions. In this perspective, we conclude with the results of this study the need for re-signification of texts, images and cultures of the African and Afro-Brazilian population in textbooks, since the visibility of the black population is moving towards a positive construction.

Keywords: Sociology; Textbook; Ethnic-Racial Relations; Black Movement.

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

RP - Programa de Residência Pedagógica

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

CNE - Conselho Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

MEC - Ministério da Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fachada da Escola Arimathéa Cysne/ Bacabal - MA.....	35
Figura 2: Sala dos professores	35
Figura 3: Sociologia em movimento 1º, 2º e 3º.....	42
Figura 4: Capítulo 5, Raça, Etnia e Multiculturalismo, p. 108.....	44
Figura 5: Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais, capítulo 8, p. 201.	45
Figura 6: Temática relacionada a formação do estado brasileiro, p. 158.	46
Figura 7: Texto complementar do capítulo 5, p. 130.....	47
Figura 8: Mapas ocupando uma página inteira, p. 114.....	48
Figura 9: Orientação de pesquisa, Manual do professor, p. 441.	49
Figura 10: Trabalho de campo/Aula sobre religiões (10/11/2019)	53
Figura 11: Evento <i>Xó Preconceito</i> na escola Arimathéa Cysne, 2019.	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do livro didático de sociologia	41
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O IMPACTO NA POPULAÇÃO NEGRA ...	10
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS AFRICANOS NA FORMAÇÃO DO BRASIL...	11
2.2 RAÇA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	16
2.3 REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	19
3 POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: breve resgate das ações e proposições da população negra e do movimento negro no brasil	22
3.1 A ESCOLA E O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL.....	23
3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	28
4 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CENTRO DE ENSINO ARIMATHÉA CYSNE	33
4.1 CARACTERIZANDO O CENTRO DE ENSINO ARIMATHÉA CYSNE.....	33
4.2 A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	38
4.3 O DISCURSO TEXTUAL E IMAGÉTICO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA.....	40
4.4 CULTURA E RELIGIÃO: a religiosidade afrodescendente na escola	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2003 é um dos marcos na história das leis educacionais no Brasil. Entra em vigor a lei 10.639/03, na forma do artigo 26, acrescido à lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que define obrigatoriamente que os conteúdos sobre a história cultural africana e seus descendentes devem ser abordadas na educação básica das redes públicas e privadas de todo o Brasil, uma vez que nossas escolas têm um importante papel a cumprir perante a sociedade, principalmente no que diz respeito a formação de jovens cidadãos para que tenham a capacidade de compreender a realidade da qual estão inseridos.

Quem vive o cotidiano da sala de aula sabe que não é exagero afirmar que os alunos brasileiros do ensino médio (muitas vezes quando chegam à universidade) praticamente desconhecem a história do continente africano. Esse distanciamento entre o Brasil e África se deve em parte ao fato de a tradição cultural brasileira está profundamente voltada para a Europa. Sendo assim, historicamente, muitos fatores desde os tempos coloniais contribuíram para a construção desse fascínio pela história do continente europeu, ainda com forte apelo na sociedade brasileira dos nossos dias. Portanto, vários fatores justificam a produção do presente estudo, cujo objetivos foram analisar a construção imagética da cultura negra após o estabelecimento da lei 10.639/03 no livro didático de sociologia, além de compreender os processos que dificultam o ensino da história e cultura do continente africano, seguindo com a verificação da variações de temas sobre o conteúdo na escola.

Sendo assim, sabendo que a educação é ampla e se dá em diversos seguimentos além da escola, abordar temas voltados ao racismo no Brasil dentro da sala de aula é um trabalho difícil de ser realizado diante da massificação do pensamento que se inclina à negação da contribuição dos povos africanos na formação da nossa sociedade. O racismo é um dos tabus a serem discutidos quando falamos em África, uma vez que o continente é caracterizado com o estereótipo que o define como um lugar de países que agregam epidemias e outras mazelas. Desse modo fica evidente que as diferenças sociais do Brasil se refletem e se reforçam na maneira como formamos nossos cidadãos.

Além disso, vários pontos apontam dificuldades para este tipo de ensino. A começar pela formação inicial de professores. Durante seus cursos de graduação, muitos educadores não tiveram acesso a disciplinas sobre o ensino de história da África e sua influência na formação da sociedade brasileira. Portanto, a limitação de conhecimento sobre o tema compromete a abordagem do tema. Desse modo, a população afrodescendente brasileira que atravessou

séculos lidando com silêncios, estereótipos e distorções que ressoavam em salas de aula, continuam encontrando barreira para que sua história e cultura sejam valorizadas.

Outro problema que dificulta o ensino-aprendizagem das relações étnicas-raciais diz respeito à grande parte dos livros didáticos não trazer os assuntos referentes à cultura negra no Brasil. Quando é abordado, geralmente é de forma superficial. É um problema somado a falta de formação de professores que não buscam por outros materiais que poderiam servir como fonte de informação, conseqüentemente resultando em aulas que não são atrativas, contribuindo para que boa parte dos estudantes não se identifique com o conteúdo. Segundo Santos (2016), os brasileiros não gostam de tocar na questão das relações étnico-raciais porque no imaginário popular acredita-se na existência de uma democracia racial, onde o racismo não faz parte da realidade.

Diante desses fatores, há quem diga que a escola é reprodutora de desigualdades sociais. De acordo com Oliveira (2009), a escola continua selecionando alguns saberes, valores e práticas, rejeitando outros com base em diferentes tipos de relações de dominação - econômicas, políticas, étnicas, de gênero, de orientação sexual e de religião. Desse modo, a presença marcante do mito da democracia racial que vem sendo reproduzido pela mídia e até mesmo pelas instituições de ensino, dificulta a real necessidade de combater o racismo enraizado na sociedade. Sendo assim, a escravidão no Brasil é analisada e estudada, mas há pouca atenção para a influência cultural dos povos africanos.

Desse modo, tomando como premissa de que existem desinformação e superficialidade no ensino da História e Cultura africana e sua influência na formação na sociedade brasileira, e que o livro didático é a principal ferramenta utilizada pelos professores da educação básica, a motivação maior da escolha do tema do presente trabalho diz respeito a invisibilidade que colocou a população negra à margem da sociedade, e que contribuiu para o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade e de negação da sua cor. Portanto, foi necessário identificar quais atividades escolares que um professor de sociologia desenvolve em uma sala de aula, qual a abordagem dos temas propostos no livro didático de Sociologia, e como o tema é trabalhado em uma escola pública do ensino médio.

O trabalho possui como método de pesquisa o estudo de caso¹, de caráter qualitativo, dividido em dois momentos. As etapas contaram com a revisão bibliográfica e documental, identificação das principais ferramentas pedagógicas utilizadas, registros das principais dificuldades de conciliar teoria e prática acerca do tema no ensino de sociologia e, por último, a análise do livro didático. A escola pesquisada trata-se do Centro de Ensino Arimathéa Cysne, é uma escola pública estadual, que possuem alunos oriundos da zona urbana e rural da cidade.

Os motivos da escolha da escola pesquisada se caracteriza em duas razões. Primeiro porque se trata de uma escola pública periférica localizada no centro da cidade, e segundo, através da participação no Programa Residência Pedagógica (RP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), possibilitou concluir as etapas da pesquisa, o que inclui utilizar o método de observação participante², tornando possível identificar diversos fatores que podem dificultar a aplicabilidade da lei 10.639/03 em uma escola pública.

A primeira etapa da pesquisa teve base nos seguintes autores: Stuart Hall (2011), Terry Eagleton (2011), Costa e Silva (2003), Thornton (2004), Hill (2006), Mary Del Priori (2004), Zamparoni (2007), Candau (2008), Geertz (2008), Alvino e Benite (2017), Octávio Ianni (2004), Guimarães (2003), Fanon (2008), Bourdieu (2002), Petronilha (2003), Bauman e May (2010), Libâneo (1998) e Freire (1996), entre outros que abordaram assuntos imprescindíveis para a construção do presente estudo, além de possibilitar a apresentação e publicação de vários recortes do trabalho em eventos científicos e periódicos. A segunda etapa se caracterizou com as análises dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o ensino de sociologia e análise o livro didático de sociologia. O livro didático de sociologia na escola pesquisada se caracteriza em duas versões. Um livro para aluno e uma versão para professores.

Além disso, ressaltamos que para escolher um tema de pesquisa, o primeiro ímpeto é recorrer ao gosto e aos interesses pessoais. Porém, como bem sabemos, escolhas articulam-se

¹ Estudo de caso é um tipo de pesquisa que, segundo Severino (2013), faz descrição de um caso considerado representativo de um conjunto de casos análogos. Portanto, considerando que as escolas públicas estaduais de Bacabal usam o mesmo livro didático, esse tipo de pesquisa corresponde aos objetivos do presente trabalho.

² A utilização desse método na escola campo se justifica pela importância que a técnica tem para descrever fenômenos. Para o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (pai da observação participante), observação participante é uma ferramenta de pesquisa que tem como objetivo descrever uma realidade. O ato de observar é um dos meios mais utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, os lugares, os acontecimentos e as situações. Foi nesse sentido que Malinowski revolucionou a Antropologia quando publicou o livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, que se tornaria um clássico para os métodos de trabalho de campo, o que ele chamou de observação participante.

não apenas a trajetórias individuais, mas a contextos e demandas. Sendo assim, a vocação para a pesquisa só pode ser despertada naqueles que tiveram grandes mestres. Comigo não foi diferente. O interesse pelo tema em questão, surgiu durante o percurso da minha graduação do qual alguns docentes problematizam a lei nº 10.639/03 quando discutiram a questão étnico-racial em suas disciplinas. Os docentes motivaram a construção desta análise monográfica no entorno da cultura africana e afro-brasileira. Portanto, resalto que a presença de professores negros e o voluntarismo docente, são as melhores opções para se contemplar algo que não precisaria da força da legislação para romper com a matriz teórica eurocêntrica da qual somos formados, além de facilitar este tipo de pesquisa na universidade.

Em uma perspectiva otimista, é preciso ampliar a discussão no meio acadêmico para surgir novas propostas para o ensino das relações étnico-raciais nas escolas e combater o racismo usando como ferramentas, além dos livros didáticos, outras ferramentas pedagógicas. Dentre os vários existentes, podemos citar as fotografias como instrumentos complementares. Dessa maneira, será possível ampliar novos horizontes para que possamos mudarmos esse cenário através da educação e informação. Precisamos investir em pesquisas sobre o tema e avaliar a intensidade e o significado dessas atitudes. São investimentos que podem surtir efeitos nas salas de aula nas próximas gerações, para que seja possível responder indagações do tipo: o que torna difícil a abordagem da Cultura afro-brasileira nos livros didáticos de Sociologia?

2 RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O IMPACTO NA POPULAÇÃO NEGRA

Para iniciar o nosso capítulo, saliento que o Brasil possui raízes oriundas de muitas Áfricas. Para o território que corresponde hoje o nosso país, foram trazidos diferentes povos africanos. E as diferenças eram equilibradas pelas semelhanças que possuíam e através de processos contínuos de mestiçagem física e cultural. Algumas vezes, criavam-se um novo povo como o entrelaçamento de dois ou mais povos, como fizeram os africanos que foram conformadores da sociedade brasileira. No entanto, há sempre uma “outra versão” costurada com cores desconcertantes no verso daquilo que se conhece sobre o passado. Nem a escravidão resumia tudo que se criou, nem os africanos formavam um povo homogêneo, com uma cultura e uma vida material em comuns. São questões que já foram tratadas à exaustão no campo acadêmico, porém, permanecem desconhecidas além dos muros das universidades.

Desse modo, nunca é demais revisitar a África, o continente de experiências e sentidos inesgotáveis. Especialmente se essa viagem for conduzida por autores consagrados que

conhecem seus povos na palma da mão. Portanto, para tornar convidativa essa experiência de leitura, foram convocados pesquisadores como Frantz Fanon, Carlos Brandão, Mary del Priori, Valdemir Zamparoni, Jaime Pinsky, Costa e Silva, Thornton, Octávio Ianni, Roque de Barros Laraia, Gilberto Freyre, Ellis Cashmore, Carlos Moore, Denys Cuche, Stuart Hall, etc., para compor este capítulo correspondente a contribuição cultural dos povos africanos, raça e relações raciais e representatividade negra nos meios de comunicação. Os povos africanos, que já foram vistos como resquícios do passado, aparecem nas páginas a seguir com a imagem de grupos dinâmicos que contribuíram para a cultura do Brasil. Boa leitura.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS AFRICANOS NA FORMAÇÃO DO BRASIL

O Brasil é uma nação multicultural composta por diversas formas de organização social em diferentes grupos. Essa diversidade cultural pode ser observada em suas variações na música, na religião, na língua, na culinária, na organização social, na arte, na política, nos costumes, nas diferentes formas de viver e pensar, e em outros aspectos. Desse modo, segundo diversos estudos culturais como o de Carlos Brandão (1986), a cultura que compõe o que chamamos de Brasil tem suas raízes oriundas de povos africanos, portugueses e indígenas. No entanto, aos africanos trazidos foram impostas a língua e a religião dos colonizadores para poder melhor servir aos interesses dos proprietários da terra (BRANDÃO, 1986).

Neste sentido, considerando que a desvalorização da cultura africana possui raízes históricas, durante muito tempo os livros didáticos não tinham o costume de abordar a influência cultural dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. No entanto, para compreender nossas raízes culturais que formam nossa sociedade, é necessário o reconhecimento e valorização de todos que contribuíram para a formação do Brasil, isto é, uma abordagem significativa em sala de aula, uma vez que os aspectos culturais desses povos, são importantes para a história do Brasil.

Entretanto, para falar da contribuição da cultura dos povos africanos na cultura brasileira é necessário primeiramente compreender a definição de cultura e seu sentido amplo. De acordo com Norbert Elias (1990), na antropologia evolucionista de fins do século XIX, o conceito de cultura ficava subordinado a concepção de estágio do desenvolvimento dos povos. Desse modo, a civilização ocidental, (sobretudo a Europa, considerada modelo de desenvolvimento) era vista como o ápice da evolução, carregada de teorias de progresso e superioridade. Sendo assim, os colonizadores europeus inferiorizaram as culturas africanas e indígenas causando-lhes graves

consequências presente até os dias atuais, o que contribuem para o racismo estrutural na sociedade.

No entanto, vários estudiosos definem o que seja cultura. Portanto, ao discutir sobre a noção de cultura, Terry Eagleton (2011) argumenta que seu significado antropológico abrange tudo: de cortes de cabelo e hábitos de bebida à forma como devemos dirigir-nos ao primo em segundo grau do nosso cônjuge. De acordo com Laraia (2001), nos estudos de Tylor (1871) a definição de cultura era apresentada como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Por outro lado, de acordo com Stuart Hall (2011), a cultura é a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns. Consequentemente, cada sociedade apresenta seu modo de se organizar e viver suas experiências comuns ao grupo.

Portanto, entenderemos aqui que cultura é um conjunto de significado que dão sentido as ações humanas conforme os estudos de Hall. Inegavelmente, com o advento do relativismo cultural (forma de compreender o outro através dos diferentes modos de se organizar), o reconhecimento de diferentes culturas de forma livre de etnocentrismo³, ganham espaço nos estudos de pesquisadores. Assim, o conceito de cultura ganha novas conotações. As culturas passam a ser consideradas como um conjunto de traços que podem influenciar e ser influenciados a medida que são significativas. É neste sentido que Nilma Lima Gomes (2003) aponta que,

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social (GOMES, 2003, p. 75).

Além disso, o pressuposto da essência da humanidade se dar através dos aspectos das culturas que devem ser considerados pela educação. De acordo com Geertz (2008, p. 55), “pode ser que nas particularidades culturais dos povos – em suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano”. Ou seja, são nossas diferenças que nos caracterizam e nos define. Portanto, ainda de acordo com Nilma Gomes (2003), o que nos faz mais semelhantes ou mais humanos são as diferenças. No entanto,

³ O etnocentrismo consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas "diferentes". De fato, trata-se de uma violência que, historicamente, não só se concretizou por meio da violência física contida nas diversas formas de colonialismos, mas, sobretudo, disfarçadamente por meio daquilo que Pierre Bourdieu chama "violência simbólica", que é o "colonialismo cognitivo" na antropologia de De Martino (CARVALHO, J. C. P. 1997, p.181).

de acordo com a autora, no contexto das relações de poder e dominação, essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos, o que ocasionou a escravidão em diferentes partes do mundo, inclusive, no Brasil.

Segundo John Thornton (2004) foi às circunstâncias políticas, demográficas e econômicas que levaram os africanos ao novo mundo atlântico após 1450. De acordo com Darcy Ribeiro (2019), o que mais contribuiu culturalmente para o Brasil, foram os vários povos trazidos principalmente da costa ocidental da África, com suas diferenças culturais, com dialetos e línguas diferentes umas das outras. Sendo assim, a África era e ainda hoje é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogênea no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Portanto, reforçando que o autor diz, de acordo com Mary del Priori (2004), a grande maioria dos nossos ancestrais africanos veio da chamada África Ocidental e Centro-Occidental.

Ainda de acordo com os estudos de Mary del Priori (2004), a escravidão no Brasil só foi possível depois da “descoberta” do território pelos portugueses. Dessa maneira, o Brasil colonial nasceu da exploração do pau-brasil pois foi o que primeiro deu motivos aos portugueses explorar nossas terras quando chegaram em 1500. Mas foi com a introdução da cana-de-açúcar e dos engenhos que a sociedade brasileira colonial tomou forma, o que intensificou a escravidão no território. A partir daí criaram-se hierarquias. Os brancos eram os donos da terra, precisavam de mão de obra, e os povos nativos foram forçados a trabalhar no campo. Em consequência de vários fatores (proibição da igreja, do estado e dizimação dos povos indígenas, etc.), a mão de obra indígena tornou-se muito difícil. Nesse meio tempo, a África foi à solução encontrada para trabalhar na terra, o que intensificou a entrada de vários povos africanos em solos brasileiros.

De acordo com Valdemir Zamparoni (2007), a relação entre Brasil e a escravidão dos povos africanos se perpetuou por mais de 300 anos, sendo o segundo país com maior percentual de afrodescendentes do mundo. Portanto, os estudos de Nina Rodrigues (2010) apontam que a escravidão negra no Brasil é contemporânea da sua colonização. O negro não veio ao Brasil, ele foi trazido à força e para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura. Em virtude desses fatores, Vera Candau (2013) aponta que a formação histórica brasileira está marcada pela eliminação física do "outro" ou por sua escravização que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade.

Paralelamente, de acordo com Thornton (2004), nos tempos da escravidão, a África alimentou o continente americano de braços, tradições e saberes milenares. Nesse movimento o Brasil não escapou de receber fortes influências culturais. Com efeito, nos solos brasileiros desenvolveram-se uma economia e uma sociedade fundada no trabalho escravo africano e indígenas. Portanto, a participação dos africanos e povos indígenas na construção da sociedade brasileira foi de extrema importância para o desenvolvimento da América portuguesa pois foi através da influência desses povos que o Brasil foi se construindo como nação.

De certo, segundo Paul Claval (2012), as raízes culturais dos povos indígenas presente na cultura brasileira são identificáveis em muitos domínios. Por exemplo, é possível identificar na agricultura e nos hábitos alimentares, na nossa linguagem, inclusive nos nossos hábitos de tomar banho. Portanto, a contribuição cultural desses povos fazem parte do nosso cotidiano e se manifesta sob diferentes maneiras. Por outro lado, a herança cultural africana é identificada principalmente no campo religioso com os sincretismos religiosos que deram origem ao Candomblé ou Umbanda.

Significativamente, os africanos foram os pioneiros da metalurgia de ferro, sabiam como criar o gado fora dos estábulos ou solto no campo, na dança, na música, na culinária e no idioma. Trouxeram para a cozinha brasileira muitos vegetais básicos que enriqueceram com novas comidas, além de influenciar na arquitetura. Contribuíram na formação da nossa linguagem, que é um dos aspectos mais evidente da contribuição cultural dos africanos trazidos para o Novo Mundo (THORNTON, 2004).

Portanto, aqui ressaltamos que no Brasil a herança cultural dos povos africanos e indígena se caracterizam como símbolo de resistência contra a escravidão. Na música a cultura africana contribuiu com os ritmos que são a base de boa parte da música popular brasileira, dando origem à base rítmica do maxixe, o samba, o choro, a bossa-nova, o reggae e outros gêneros musicais atuais. No aspecto religioso, as religiões africanas, mais diretamente ligadas às forças da natureza e depois adaptadas aos santos católicos, que se formaram em sincretismo com o catolicismo e religiões indígenas, dando origem as novas religiões afro-brasileira.

No entanto, contribuir culturalmente para o Brasil gerou consequências graves os africanos. Os povos que vieram para cá passaram por situações humilhante. No que diz respeito ao transporte de pessoas escravizada pelo Atlântico, durava mais de dois meses. Milhares de homens, mulheres e crianças eram espremidos nos porões dos navios negreiros suportando diversas situações desumanas. Segundo os estudos de Pascoe Grenfell Hill (2006), muitos não

resistiam e acabavam jogados ao mar. Ainda de acordo com Hill (2006), as mudanças nas estruturas do tráfico de escravos no decorrer dos séculos que se passaram se refletem no tamanho das embarcações e quantidade de africanos a bordo. Em média, no ano de 1700, era aproximadamente de 340 africanos, e no ano de 1800, o número de africanos escravizados aumentou para 440 pessoas de várias nacionalidades.

Neste sentido, aqui podemos refletir sobre o papel da escravidão. O comércio transatlântico de pessoas, apesar de ter sido uma perversão do caráter ocidental, foi uma engrenagem que girou a roda do capitalismo entre os séculos XVI e XIX. Portanto, a presença africana na América portuguesa se estabeleceu de forma consistente e firme na medida em que se tornou imprescindível para a administração colonial. No entanto, comparar tragédias não é tarefa fácil diante das atrocidades com a dimensão da escravidão na sociedade brasileira.

De acordo com Cristiane Nascimento (2014), por muito tempo o continente africano tem sido reconhecidamente o lugar que mais exportou, por séculos, pessoas para servirem de mão de obra escrava nos quatro cantos do mundo. Ainda de acordo com a autora, pesquisas arqueológicas, registros de portos, cartas e tantos outros documentos atestam a violência e a extensão deste comércio. Porém, nem por isso a África pode ser considerada o único berço da escravidão. É necessário levar para sala de aula que a escravidão não é recente na história da humanidade.

De acordo com Jaime Pinsky (2010), já na antiguidade é possível verificar a ocorrência da prática escravista, uma vez que os povos da antiguidade (Gregos e Romanos) comparavam homens e mulheres escravizados com utensílios que andavam e falavam. Exceto por esta qualidade, eram comparados à enxada e a quaisquer outros instrumentos de trabalho nas mãos de um senhor. Dessa maneira, Alberto da Costa e Silva (2003) ressalta que a escravidão surgiu

Com as necessidades de trabalho criadas pela invenção da agricultura, certos grupos passaram a aplicar aos prisioneiros de guerra, a fim de quebrar-lhes a vontade, os mesmos processos e os mesmos instrumentos que já usavam não só para controlar os animais, como o curral, a coleira, o cabresto, a peia, a chibata e a castração, mas também para distinguir a posse, como a marca a ferro ardente e o corte na orelha (COSTA E SILVA, 2003, p. 79).

Em suma, apesar da sociedade brasileira durante os três séculos de escravidão conviver diariamente com uma infinidade de pessoas nos centros urbanos e rurais influenciando e sendo influenciado pelos costumes, vale ressaltar que onde houve escravidão, houve resistência a ela. Embora tratados de forma oculta e superficial pela historiografia tradicional, os povos escravizados não eram seres passivos diante da realidade que estavam inseridos. Sejam eles

povos indígenas ou africanos, havia aqueles que por diversos motivos não aceitavam as condições de escravidão da qual estavam submetidos. Quando conseguiam, fugiam para outras localidades ou para quilombos, dando origem a movimentos de resistência.

2.2 RAÇA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Diante do racismo e a discriminação racial que são fenômenos presentes na sociedade brasileira, refletir sobre as questões que envolvem as relações étnico-raciais no Brasil é necessário para desconstrução dos mitos que envolvem a questão da história africana e da cultura afro-brasileira. Octávio Ianni (2004) evidencia que a questão racial parece um desafio dos dias atuais, porém, trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Sofre alterações de acordo com situações dos fenômenos sociais, mas reitera-se continuamente, modificada e persistente, uma vez que as relações raciais estão enraizadas na vida social de indivíduos, grupos e classes sociais.

Sendo assim, na historiografia tradicional é possível identificar o quanto as relações entre europeus e africanos foram marcadas por distinções de cunho racial. Segundo Pinto e Ferreira (2014), um dos primeiros estudos realizados sobre o negro no Brasil surge no final do século XIX concretizado pelo professor de medicina legal Raimundo Nina Rodrigues. O autor abordou em seus estudos, no final daquele século, a presença do africano em diferentes perspectivas, ou seja, nos aspectos físicos, psíquicos, sociais e culturais, inaugurando assim diversos trabalhos sobre o chamado racismo científico no Brasil.

Mas, segundo Roque Laraia (2001), são velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” nos grupos humanos. De acordo com os estudos do autor, nos tempos coloniais e inícios do séc. XX no Brasil, o fracasso escolar de estudantes negros era associado a fatores relacionado à cor da pele. Ainda de acordo com o autor, muitas pessoas ainda acreditam que brancos são mais inteligentes do que os negros nos tempos atuais. É neste sentido que aqui no Brasil, a população afrodescendente, ainda é considerada inferior. O negro na sociedade brasileira atravessou séculos lidando com silêncios, estereótipos e distorções que ressoavam em salas de aula e continuam enfrentando obstáculos para ter uma vida digna.

Desse modo, ao enfatizar a questão racial no Brasil é importante ressaltar na crença de uma democracia racial que foi amplamente divulgado por vários autores brasileiros. Entre eles podemos destacar o sociólogo Gilberto Freyre (2006) que, em sua obra *Casa Grande & Senzala*,

destaca o processo de miscigenação como um fator positivo para se corrigir as distâncias sociais provenientes da sociedade do sistema escravocrata. Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), os argumentos em sua obra atribuíram um caráter simbólico aos negros, os apropriando como “objetos culturais, símbolos e marcos fundadores da uma civilização brasileira” (GUIMARÃES, 2009, p. 27), sem afirmar a sua cidadania. É a partir daí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” que são historicamente construídas e como afetam as relações sociais.

Ainda conforme os estudos do autor, raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais que trata das identidades sociais (GUIMARÃES, 2003). Sob o mesmo ponto de vista, Ellis Cashmore (2000), considera que “raça é um significante mutável que significa diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes lugares da história e desafia as explicações definitivas fora de contextos específicos”, uma vez que os discursos das teorias raciais serviram para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial onde os indivíduos da raça “branca”, que foram decretados coletivamente superiores. Sobre a invalidação científica do conceito de raça, Guimarães (2009) também destaca que,

Se as raças não existem num sentido estritamente realista da ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (GUIMARÃES, 2009, p. 67).

A hierarquização de raças dar origem ao racismo, que por sinal é um dos tabus a serem discutidos quando falamos em África. O continente é visto como um lugar de países que agregam epidemias e outras mazelas. No geral, o continente africano é apresentado na mídia como o lugar de apenas uma cultura e carregado de pobreza, o que dificulta alunos se identificarem com qualquer semelhança. Ainda segundo Guimarães (2009), qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que é um tabu. Portanto, abordar temas voltados ao racismo em nossa sociedade é um trabalho difícil de ser realizado diante da massificação do pensamento que se inclina à negação da contribuição dos africanos na formação da nossa sociedade.

Portanto, o racismo possui bases sólidas para se manter presente na sociedade. De acordo com Joaze Bernardino (2002), a literatura aponta que as relações raciais na sociedade brasileira foram moldadas por dois elementos centrais que as tornam peculiares em comparação com outras sociedades: *a ideologia do branqueamento* e *o mito da democracia racial*. Dessa

forma, segundo o autor, o indivíduo mestiço era considerado como transitório entre negro e branco. Com a política do branqueamento acreditava-se que a população negra seria eliminada por completo a partir do momento que se integraria na população branca. Analogamente, Petrônio Domingues (2002) aponta que, com a ideologia do branqueamento, alguns negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos e assim desenvolveram, eles mesmos, preconceitos em relação às raízes da negritude, fato que ocorre atualmente, pois o branco é reforçado pela mídia televisiva como modelo oficial.

Como apontam os estudos de Guimarães (2009) sobre o racismo, para compreender este fenômeno resultante na formação do processo de nacionalidade brasileira, é necessário entender como foi construída essa noção do "branco". Em nosso país a cor branca é apresentada com um viés totalmente positivo. De acordo com Frantz Fanon (2008) ser branco é ser aceito na sociedade, é ser bonito, é ter oportunidade de trabalho, emprego e não correr o risco de ser taxado com algum estereótipo associado as pessoas negras, pois no que diz respeito a cor negra, o preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio.

Mesmo diante desses fatores negativos, o racismo no Brasil como problemática ainda é reduzido, na maioria das vezes, é negado a sua existência. Algumas frases ou piadas consideradas comuns no cotidiano deixam evidente o racismo nas relações sociais. Mesmo com todas essas evidencias negativas em relação ao negro, o preconceito é ignorado. Roger Bastide (2008) ressalta que a negação da existência de preconceito em relação ao negro se caracteriza quando,

“Nós brasileiros”, dizia-nos um branco, “temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social”. Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. [...] É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentarmos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de viver com os negros e, mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreenderemos melhor que o preconceito não se exprime abertamente, mas de um modo sutil ou encoberto (BASTIDE, 2008).

Enquanto isso no Brasil aqueles de pele escura são marginalizados pela sociedade. Sofrem a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano (GUIMARÃES, 2009). Segundo Paulo da Silva e Fúlvvia Rosemberg (2008), é frequente a associação de pretos e pardos a construções negativas na sociedade, tais como mau cheiros, sujeira, pecado, castigo, tragédia, feiura, animais (personagens antropomorfizados), baderna, maldade, periculosidade e ameaça social. Sem dúvidas o preconceito e discriminação originam-se do racismo que

ocasionalmente contribui para manutenção de dificuldades de acesso a uma vida digna, segura e de qualidade à população negra. Segundo Carlos Moore (2007),

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo (MOORE, 2007, p. 284).

Para Fábio Nogueira (2017), só é possível compreender o racismo como relação de poder estruturado dentro das instituições sociais, e somente com a reforma delas pode ser superado. Negar que as instituições sociais precisam passar por reformas impede que as situações de racismo na sociedade se transformem em questão social, ficando reduzidas à esfera pessoal e não ganhando conotações políticas e coletivas com explicações relacionadas à formação social e que se reproduzem nas práticas cotidianas. Com a negação deste problema real, o racismo estrutura as desigualdades sociais no Brasil e recai perversamente sobre a população negra.

Portanto, considerando a importância de se combater o racismo, fica evidente, então, que os instrumentos legais que concretizam a política educacional projetada pretendem redimensionar a memória histórica. Em suma, as políticas educacionais exigem mais que o conhecimento historiográfico, ela demanda o domínio sobre competências e habilidades docentes que enfrente o preconceito e seus desdobramentos nocivos na formação de crianças e adolescentes por meio da construção de uma nova forma de se pensar a construção da nação e da nacionalidade.

2.3 REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Um dos fatos mais dramáticos e traumáticos da escravidão no Brasil é a desigualdade social. Um dos fatores resultantes desse longo processo tem relação com a falta de representatividade negra nos meios de comunicação. Essa questão da invisibilidade da população negra, é consequência da ideologia do branqueamento, portanto, uma realidade que provoca diversos danos sociais. Em virtude desses fatores, a população negra apresenta menor escolaridade, nível socioeconômico inferior, têm menos acesso a serviços de saúde de boa qualidade estando mais expostas a riscos de adoecer e morrer quando é comparada a população branca.

De acordo com Izabela Terra (2016), a construção da realidade pelos sujeitos não é definida apenas por palavras mas por diversos meios, entre eles, as imagens visuais. Sendo assim, a representatividade midiática tornou-se tema importante para diversos estudiosos, pois a mídia se caracteriza pelos seus diversos meios de comunicação e pelo seu poder persuasivo de influenciar pensamentos. No entanto, para que a atual sociedade da informação seja uma sociedade democrática, inclusiva e participativa, é necessário oferecer a todos os cidadãos a representação correta de minorias que na maioria das vezes são renegadas ao esquecimento ou apresentadas de maneira superficial causando distorções a respeito de diversos grupos.

De acordo com Santaella e Noth (1999), o termo imagem pode ser empregado com diferentes sentidos nas ciências sociais e humanas, podendo caracterizar uma figura, uma “imagem mental”, ou ainda, o conjunto de opiniões de determinado grupo social. Neste sentido, não representar a população negra dificulta o seu autorreconhecimento, na medida em que o lugar reservado para este grupo é o de menor poder, somadas à perversa dinâmica das relações étnico-raciais. Portanto, a falta da representatividade negra no Brasil, deixa evidente que admitir que as relações humanas em nosso país (que são influenciadas por preconceitos raciais) ainda é algo impensável.

Desse modo, com a visibilidade tratada de forma superficial, o negro perde espaço em telenovelas, telejornais e também nos livros didáticos de ensino. Raramente eles estão representados em salas de aula, e quando o são, as interações entre a população negra e a branca dizem respeito a situações de trabalho. Na literatura o racismo na maioria das vezes passa despercebido pelos olhares menos atento. Em obras literárias como *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães (1988), torna-se um grande exemplo, uma vez que a obra conta a história de uma escrava filha de uma negra com um branco. Com a morte de sua mãe, ficou sendo criada em uma casa com um tratamento diferenciado porque era branca e bonita. Portanto, a obra é resultado da ideologia do branqueamento, pois reforça a ideia de que ser branco é bom. A personagem na história só era cortejada porque tinha a pele branca e cabelos claros. É provável que se fosse negra, jamais teria a chance. De certo, na obra fica evidente o racismo entranhando na formação da sociedade brasileira, da qual continua bem presente no meio social, cultural, midiático e político.

Estudos como de Acevedo, Nohara e Ramuski (2010) apontam que as várias mídias como propagandas, telenovelas, cinemas, literatura, imprensa e livros didáticos, revelaram semelhantes padrões nos discursos e nas representações das relações raciais entre negros e

brancos. No geral essas relações são apresentadas de maneira cordial. No entanto, representar a cordialidade entre brancos e negros foi uma boa forma de se fechar os olhos para o racismo existente no país. Nos estudos de Gilberto Freyre (2006), o Brasil é a mais avançada democracia racial do mundo, uma vez que durante a colonização, houve uma relação cordial e harmônica entre senhores e escravos. Mas, com o avanço dos estudos sobre as relações raciais, a teoria de Freyre foi contestada por diversos estudiosos. Kabengele Munanga (1997), um grande especialista em antropologia da população afro-brasileira, ressalta que,

Freyre não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre os senhores e escravos, do qual surgiram os primeiros mestiços. Sua análise, como escreve Thomas Skidmore, servia principalmente para reforçar o ideal do branqueamento, mostrando de maneira vivida que a elite (primitivamente branca) adquiria preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala) (MUNANGA, 1997, p. 133).

Consequentemente observa-se que a baixa representatividade dos povos afrodescendentes é uma característica do racismo velado e camuflado pelo mito da democracia racial no Brasil. Sendo assim, a representação da população negra em situações inferiores e difíceis nos diversos segmentos sociais, é uma característica de violência simbólica promovida pelo racismo entranhado na sociedade brasileira desde sua formação. Portanto, para caracterizar a violência simbólica, tomaremos como base ideias originais de Pierre Bourdieu (2019), que segundo o autor trata-se de uma violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Portanto, com toda certeza o grande papel social da mídia seria desconstruir essa imagem estereotipada do negro brasileiro que é associado a problemas sociais como pobreza, fome e criminalidade. A representação imagética de pessoas negras que conseguiram conquistar espaços no meio social seria interessante para a construção de identidades e autoestima de afro-brasileiras no país, porém, suas histórias são desconsideradas no contexto midiático, o que torna um dos fatores determinantes que dificulta o reconhecimento da importância cultural dos povos africanos na formação do Brasil. De acordo com Silva Ramos (2007),

(...) precisamos de uma mídia capaz de expor os exemplos para as pessoas verem os inúmeros campos de atividade ocupados com sucesso por negros. Uma mídia capaz também de desmontar o mito que as sociedades capitalistas geram, de que as pessoas vencem sempre pelo seu esforço individual. Então, o juiz negro é visto sempre como resultado de um esforço sobre-humano ou de um ato heroico, pois ele quis estudar, encarou a vida e pronto. Nós nunca acreditamos que o coletivo acaba tendo um peso sobre a vida das pessoas e sobre a sua trajetória individual (RAMOS, 2007. p. 40).

Sem dúvida, esse silêncio dos meios de comunicação é preocupante e contribuem para a perpetuação do racismo. O não reconhecimento da população negra como parte integrante da sociedade caracterizado nas condições socioeconômicas, estados socioculturais, se inserindo nas classificações étnicas e raciais, são marcas profundas que causa danos sociais. O fato da mídia ignorar as vozes e lutas da população negra contribui significativamente para o aumento da invisibilidade reservado a essa parcela da população, cujas imagens estereotipadas são herança do imaginário escravocrata, onde se acreditava que eram inferiores simplesmente por conta de suas aparências. O que nos leva a refletir sobre o papel social da educação na formação dos cidadãos.

3 POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: breve resgate das ações e proposições da população negra e do movimento negro no brasil

No capítulo que se segue, resalto que a educação antirracista vai muito além da lei 10.639/2003, que inclui a obrigatoriedade da temática cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial da educação básica. Apesar da importância da lei, ainda é difícil reconhecer que o racismo estrutural existe, inclusive, no ambiente escolar. A História do Brasil, como aliás a de praticamente todos os países do mundo, nasceu estudando os grandes homens, os grandes feitos, aqueles personagens das elites que marcaram a época em que viveram, onde as nações apareciam através dos seus líderes mais destacados. Portanto, o modelo de civilização ocidental era visto como o mais adiantado e os africanos eram lançados em um contexto no qual os saberes locais eram menosprezados, quando não desqualificados.

No entanto, a importância dos povos afrodescendentes foi recentemente “redescoberta” pela historiografia. Agora só nos falta dialogar, um vez que nos nossos primeiros manuais de história, os descendentes da mestiçagem, entre europeus, índios e negros, estavam fadados ao silêncio. Se algumas ideias equivocadas sobre os povos africanos naufragaram, outras não param de se agitar, como as ondas do mar que há mais de trezentos anos trouxe culturas que contribuíram para a construção da sociedade brasileira. Portanto, todas as boas histórias e conquistas dos movimentos negros merecem ser conhecidas, seja pelas suas características, pelos escritos ou pela voz de quem viveu ou vive. Aqui contamos com autores como Nilma Lino Gomes, Amílcar Araujo Pereira, Joel Rufino dos Santos, Darcy Ribeiro, Emile Durkheim, Cunha Jr, Munanga, Saviani, José Carlos Libâneo, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, etc., para compor o que abordamos sobre a trajetória do movimento negro e as diretrizes Curriculares nacionais para uma educação antirracista.

3.1 A ESCOLA E O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

O papel social da escola (uma instituição social de extrema relevância na sociedade) além de fornecer uma preparação intelectual e moral dos alunos, pode mudar essa realidade ocasionada de ideias distorcidas sobre a população afro-brasileira presente desde os tempos coloniais e que atravessaram séculos. No entanto, as propostas de ação afirmativa se depara com obstáculos que dificultam a classificação positiva do que é ser negro no Brasil e a permanência da desigualdade racial. São fatores que podem influenciar na oportunidade de pessoas negras no mercado de trabalho, no desempenho educacional e na participação da vida política.

Diante dessa realidade, escola poderá contribuir bastante para a elaboração de projetos, serviços, programas e ações afirmativas que promovam uma educação para as relações étnico-raciais com o intuito de alcançar uma participação maior da diversidade de alunos em seus contextos diferentes e realidades distintas. O espaço escolar é um dos principais locais onde os indivíduos começam a construir suas relações sociais. Portanto, os estudos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), sob o mesmo ponto de vista, consideram que,

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2009, p. 994).

Analisando outras pesquisas que tiveram como objetivo compreender a construção dos movimentos sociais, recorreremos aos estudos do educador Paulo Freire, apontando a Pedagogia da Libertação como instrumento eficaz a serviço da transformação social. De acordo com o autor, as resistências sociais diante às forças opressoras, convertem-se em movimentos sociais. Neste sentido, a Pedagogia Libertadora de Freire nos convoca para compreendermos todos os excluídos da história (povos afro-brasileiros, indígenas, etc.) porque a compreensão crítica dos fatos, aliado a uma utopia carregada de mudanças, leva-nos a entender que mudar é difícil, mas não impossível. Além disso, Freire (2019) ressalta que a liberdade é uma conquista que exige busca incessante e permanente, portanto, a independência precisa ser forjada com o homem e não para ele, de forma que faça do sistema opressor e suas causas, objetos de reflexão dos oprimidos. Desse modo, a educação se torna uma ferramenta para que os movimentos negros lutem para ocupar um lugar na sociedade.

Por outro lado, de acordo com Maria da Glória Gohn (2011), a relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. De acordo com a

autora, a relação se associa sob duas formas: primeiro através da interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. E segundo, por meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente, onde o estudo dessa relação é relativamente recente.

Autores da Sociologia e da Antropologia caracterizam os movimentos sociais como ações coletivas que são capazes de desencadear mobilizações por necessidade sociais. É neste sentido que o movimento negro busca mudar a realidade da educação brasileira, combatendo a opressão ocasionada pela desigualdade social, pobreza, racismo, etc. De acordo com Boaventura de Santos Sousa (1996), essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social, mas sim grupos sociais ou uma sociedade como todo. Neste sentido, a partir do momento que é negado a população negra direitos básicos, como a educação por exemplo, a sociedade inteira sofre as consequências.

Ao analisar a história da educação no Brasil, é possível identificar que a população negra nunca foi exclusividade. A elite dirigente responsável pela construção do Estado Nacional durante o período colonial e imperial, acreditava na importância de civilizar o povo e de manter a ordem. Viam na educação a solução para manter todos sobre controle. De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos (1986, p. 259), com esse pensamento o Império brasileiro deveria ser colocado ao lado das “Nações Civilizadas” e instruir “todas as classes”. No entanto, vale ressaltar que todas as classes significavam a população livre branca e não a escrava negra. O que deixa evidente que no Movimento Negro a educação foi e ainda é um dos maiores desafios a serem conquistados, apesar das recentes vitórias.

Uma das maiores conquistas sociais do movimento negro⁴ foi a lei federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira no âmbito dos sistemas de ensino da educação nacional. Proveniente do Projeto de Lei nº 259 apresentado em 1999, pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira, a lei sugere que o combate ao preconceito racial precisa ser enfrentado pelo Estado por meio da educação e de políticas afirmativas com o objetivo de desenvolver a cidadania plena, isto é, com todos os direitos sociais e políticos assegurados.

⁴ Aqui é entendido que Movimentos Sociais ocorrem quando as pessoas se organizam e lutam contra diferentes tipos de opressão, intervindo para que haja transformações sociais. Neste sentido, o Movimento Negro é um dos movimentos sociais importantes no Brasil, pois tem como objetivo transformar a realidade.

De acordo com os Movimentos Negros, a escola é uma das instituições sociais capazes de construir representações positivas dos povos africanos e afro-brasileiros através de uma educação que tenha como foco o respeito à diversidade como parte da formação cidadã. É uma instituição socialmente responsabilizada pela difusão de conhecimentos. Dessa maneira, pode promover o estudo das relações étnico raciais com a inclusão dos temas da cultura negra nas aulas. De acordo com Nilma Lino Gomes (2008), a implementação da lei 10.639 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais, vem somar às demandas do movimento negro. Sendo assim, com a modificação nos currículos escolares para incorporar a abordagem da cultura africana na formação social brasileira, deve-se incluir a luta do movimento pelo acesso à educação.

Nos estudos de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2011), ressalta que é sempre bom destacar que todas as iniciativas supracitadas, as organizações negras tiveram importante papel de protagonismo desde os tempos das leis abolicionistas até as atuais iniciativas educacionais. Além disso, o que não falta são exemplos de vários personagens e movimentos negros organizados na história do período colonial, imperial e republicano. Portanto, é importante considerar às várias histórias individuais de lutas como as irmandades negras no século XIX, XX, e dias atuais, por exemplo.

Neste sentido, nos estudos de Amílcar Araújo Pereira (2012), significativamente o conceito de movimento negro não é fechado, pois “há várias definições possíveis para o Movimento Negro”. Portanto, de acordo com Petronilha Silva (2011), conceituar as entidades negras brasileiras que se articulam para constituir-se em movimentos, que definem objetivos e estratégias de ação, que logram ocupar territórios interditados, expandir sua cultura e contar sua própria história, paralela à história oficial, pode constituir-se em uma tarefa complexa. No entanto, Joel Rufino dos Santos (1994) define o movimento negro como,

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [com os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157).

Outro ponto importante que deve ser considerado é o pouco estudo dedicado as questões ligadas à resistência negra dentro do espaço escolar, uma vez que muitas publicações didáticas

focam no sistema escravocrata no Brasil. De certo é importante compreender como se deu o processo de escravização, porém, é necessário ressaltar que onde houve escravidão também houve resistência. O que inclui lutar pelo espaço escolar, já que desde o tempo coloniais a escola foi um espaço reservado ao branco. Desse modo, se tratando da história do Brasil, compreender sobre as estruturas que moldaram o sistema escravista é fundamental, mas também conhecer as histórias de organizações de resistência que lutaram contra a discriminação racial e à escravidão é essencial para a construção de identidades negras.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) reconhece na lei 10.639/03 a obrigatoriedade da inclusão da história africana e afro-brasileira na formação e construção da sociedade brasileira. Dessa maneira, considerando o papel social da escola, segundo Petronilha Silva (2003), o reconhecimento da lei requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade. Ainda de acordo com Silva (2011),

A educação das relações étnico-raciais tem como alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos, étnicos-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensino em que se efetive participação no espaço público. [...] Por isso que a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo-se como referências os seguintes princípios (BRASIL, 2004b, p.17): “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimentos de identidades e direitos; ações de combate ao racismo e discriminações” (SILVA, 2011, p. 12-13).

George Reid Andrews (1997) e Joaquim B. Barbosa Gomes (2001) sob o mesmo ponto de vista, concordam que as bases filosóficas das políticas afirmativas são a justiça distributiva e a justiça compensatória. No entanto, segundo Nilma Lino Gomes (2008), a lei 10.639/03 é duramente criticada por aqueles que não conhecem o contexto de seu surgimento e de sua criação. Portanto, é de fundamental importância refletir sobre contexto das relações raciais em que foi construída, uma vez que os movimentos negros são plurais, e a partir de suas lutas surgiram as ações afirmativas, sobretudo, nos espaços escolares.

Por outro lado, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1997) apresenta uma definição da ação afirmativa baseado em seu fundamento jurídico e normativo. Ou seja, para o autor trata-se de uma ação que possa “promover privilégios de acesso a meios fundamentais - educação e emprego, principalmente - a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente” (GUIMARÃES, 1997, p. 223). Como a escola é um espaço que vai além dos atos de ensinar e aprender, visto que recebe influência do contexto social, é um dos espaços privilegiados de interação e aprendizagem. Dessa forma torna-se

fundamental no combater ao racismo, à injustiça, à desigualdade, a formação de novos hábitos e valores para a construção da cidadania ativa e crítica.

Sendo assim, na escola (devido ao seu caráter educativo e socialmente mobilizador) é possível abrir espaços para colocar em práticas ações afirmativas que possam promover uma educação antirracista. Além disso, é necessário que se compreendam que nossa origem é marcada pela influência de diferentes povos que contribuíram para nossa história. Por meio do acesso às mais diferentes formas de conhecimento e com a ruptura de preconceitos e barreiras culturais, podemos construir conhecimentos sobre nossas origens. De acordo com os estudos de Darcy Ribeiro (2019),

Surgimos da confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. [...] A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos (RIBEIRO, 2019)

Portanto, de acordo com os dados coletados no último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), metade da população brasileira é negra. Porém, a história das lutas e participação do negro na formação da sociedade ainda é pouco conhecida e estudada em escolas e universidades. Evidentemente, a falta de memórias e histórias nos espaços de aprendizagem dificultam as construções de identidades positivas pelos indivíduos deste grupo. No entanto, na abordagem acerca dos temas da cultura afro-brasileira, acredita-se que é preciso o envolvimento dos professores. De acordo com Vitor H. Paro (2001, p. 123), “sem a confiança e o empenho dos que fazem o ensino, não é razoável esperar qualquer êxito das soluções e propostas que são apresentadas pelos que elaboram e estudam as políticas educacionais”. Os professores devem abordar assuntos que envolvem os saberes das relações étnico-raciais, garantindo o acesso dos alunos à informação e reafirmando o valor da diferença.

Em síntese, no Brasil, uma nação de notável diversidade cultural, sobretudo na escola, nega-se a população negra e aos povos indígenas a participação na construção da sociedade. O racismo recai sobre todos os indivíduos que têm em sua aparência traços típicos de origem africana (pele escura) e traços indígenas. Em vista disso, ao tomarmos o ensino da cultura, da arte e da literatura africana, afrodescendente e indígena como objeto de ensino na escola, pode-se contribuir para a ressignificação de aspectos relevantes da identidade da população brasileira. Pois de acordo com Emile Durkheim (2010), a educação expressa valores que variam de acordo com o espaço e com o tempo nos quais ela ocorre, pois reflete em todas as mudanças políticas, culturais e sociais, além de se modificar para atender as velhas e novas demandas da sociedade.

3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A lei 10.639/03 que altera o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 9394/96) tornando obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, de acordo com Nilma Lino Gomes (2012), é resultado das ações do Movimento Negro brasileiro. São ações marcadas por uma perspectiva educacional aguçada e explicitadas nos seus diversos projetos e propostas. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a educação básica, um dos objetivos principais de uma educação antirracista se apoia na necessidade de reconhecimento e valorização da “pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro”. Dessa maneira, a referida lei sancionada institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas. Portanto, em um de seus trechos foi constatado que,

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. [...]. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia (BRASIL, 2004, p. 8).

No entanto, a classificação e a hierarquização racial construída das relações sociais no contexto da escravidão e do racismo, continuam presente na sociedade brasileira, o que consequentemente contribui para que a lei 10.639 não seja efetivada em sua totalidade. Mesmo com diversas conquistas do movimento negro, ainda falta iniciativa no âmbito nacional para que a temática afro-brasileira seja abordada nas escolas da educação básica. São fatores que nos levam a diversos questionamentos. De acordo com Alvino e Benite (2017),

Desde que a Lei federal 10.639/03 foi promulgada, muito tem sido debatido sobre as formas e possibilidades de implementar suas diretrizes no ensino. Houve também incentivo dos Governos (Federal, Estadual e Municipal), nos últimos 12 anos, para a produção de materiais bibliográficos, didáticos e paradidáticos que auxiliassem os professores e professoras em suas práticas pedagógicas. Porém, ainda são tímidas as iniciativas para a inserção do conteúdo da lei 10.639/03, seu parecer CNE/CP 03/20042 e da Resolução CNE/CP 01/20043 no ensino de ciência. Essa resistência pode ser entendida pelo fato dessa área historicamente praticar uma ação pedagógica conservadora frente aos nossos problemas sociais e socio-raciais (ALVINO e BENITE, 2017, p. 86).

Portanto, diante dessas contradições, a temática em questão ainda se apresentam como um tema superficial nas escolas brasileiras. Na medida que a massificação de estereótipos

negativos sobre pessoas negras se intensificaram ao longo das décadas, a invisibilidade deste tipo de ensino tem causando prejuízos na educação, o que conseqüentemente dificulta definições de identidades negras. Para José Fernandes (2005) os africanos que chegaram em solos brasileiro na condição de escravos são apresentados como mercadoria e objetos nas mãos de seus proprietários. Portanto, de acordo com Henrique Cunha Junior (2007), essa problemática torna o ambiente brasileiro como ambiente de exclusões étnicas e racismo, uma vez que o processo de inferioridade da população negra é intenso. Ainda segundo os estudos de Fernandes (2005), nas instituições de ensino

Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos do nosso processo histórico (FERNANDES, 2005, p. 380).

Diante do problema da negação da contribuição cultural dos povos africanos na formação do Brasil, Anderson Ribeiro Oliva (2003) afirma que deve ser reconhecida a importância de conhecermos a participação dos africanos e afro-brasileiros na História do Brasil do mesmo modo que estudamos a presença dos europeus. Além disso, como as discussões acerca da importância de uma educação antirracista vem ganhando espaço, as escolas públicas devem acompanhar essas mudanças. De acordo Octavio Ianni (1997) a discussão das desigualdades e de suas relações étnicas-raciais se intensificou em todo o mundo com a globalização presente nas sociedades, pois,

Esta é uma longa história, começando com os grandes descobrimentos marítimos e desenvolvendo-se através do mercantilismo, colonialismo, imperialismo, transnacionalismo e globalismo. De tal modo que no fim do século XX a África, Oceania, Ásia, Europa e Américas continuam desenhadas no mapa do mundo e no imaginário de todo o mundo como uma multiplicidade de etnias ou raças distribuídas, classificadas ou hierarquizadas de formas muitas vezes extremamente desiguais (IANNI, 1997, p. 158).

Além disso, de acordo com Kabengele Munanga (2004, p. 52), “num país que desenvolveu o desejo do branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não”. Segundo Nilma Gomes (2008), quando se fala em África na escola e até mesmo no campo da pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão do que a resistência e contribuição cultural dos povos africanos. Mediante do que já foi exposto ao longo deste trabalho, fica evidente que por meio das diretrizes curriculares nacionais para uma educação antirracista, pode-se mudar este quadro uma vez que,

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de

políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 10).

Portanto, a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais têm como objetivo justamente compensar os descendentes dos povos africanos pelos danos sociais, políticos e psicológicos ao longo da construção do nosso país. Essa educação antirracista determina uma construção de uma sociedade igualitária e oportuniza a troca de conhecimento entre negros e brancos. Sendo assim, por meio da educação será possível promover temas que abordem as questões raciais e culturais que caracterizam a sociedade da qual estamos inseridos. São realidades que não podem ficar ocultas dentro da sala de aula.

Neste sentido, a escola deve favorecer a discussão e problematizar por meio do diálogo as questões étnico-raciais. De acordo com a proposta presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a função social da escola é formar cidadãos críticos, portanto, é dever dessa instituição inserir a educação antirracista, pois não problematizar o racismo em seu espaço, é reproduzir a sociedade discriminatória. No entanto, para que a escola possa cumprir seu papel de formar cidadãos para o exercício pleno de cidadania, é necessário haver um currículo⁵ onde o processo ensino-aprendizagem esteja voltado para a formação integral dos educandos em suas reais necessidades, oferecendo-lhes uma educação de qualidade para todos.

Em vista disso, considerando a importância do currículo e a sua função dentro do contexto educacional, os objetivos das diretrizes curriculares nacionais para uma educação antirracista reforçam a construção do aluno cidadão, que valoriza o repúdio às injustiças, o respeito ao outro, à solidariedade, à pluralidade cultural e condena qualquer forma de discriminação, seja cultural, social, religiosa, sexual ou étnica. Nos estudos de Lucíola Santos e Marlucy Paraíso (1996), o currículo

Inicialmente significava um arranjo sistemático de matérias, ou um elenco de disciplinas e conteúdo. Posteriormente, o currículo foi entendido como um conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta. Além disso, o currículo também já foi definido como conjunto de experiências trabalhadas pela escola ou conjunto das atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação (SANTOS E PARAÍSO, 1996, p. 82-84).

⁵ O currículo, no presente trabalho, é entendido como um instrumento de ligação entre a escola, a cultura e a sociedade, e que deve acompanhar as transformações do mundo.

Dessa maneira, currículo é uma ferramenta fundamental para a manutenção das escolas. Conforme Saviani (2008, p. 16), “o currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. No entanto, Pacheco (2007), afirma que há diversas concepções de currículo e não existe um consenso acerca de sua definição. Por outro lado, Elizabeth Silveira Schimidt (2003, p. 61) afirma que no sistema de ensino do Brasil o termo currículo refere-se “a planos e programas, a objetivos educacionais, a conteúdos, ao conhecimento escolar e à experiência de aprendizagem”. Apesar das diversas dos pesquisadores quanto ao conceito de currículo, significativamente aqui no presente estudo, entendemos como um dos conceitos mais importante que emergiram do campo dos estudos educacionais. A LDB (1996) em seu artigo 26 ressalta que,

Art. 26- Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p. 16).

Além disso, é necessário citarmos que o Currículo, mesmo considerando sua importância, aborda muito superficialmente as questões da diversidade cultural, valorização, respeito e preconceito racial. Mesmo apresentando propostas novas de conteúdo e metodologia, poucas atividades são orientadas para a sua utilização. Roseane Maria de Amorim (2011) contata que a temática étnico-racial tem sido inserida nas propostas e nas práticas curriculares do cotidiano escolar de forma contraditória porque em algumas situações foram objeto de debates e reflexões, e em outras ocasiões, foram silenciadas. Além do mais, nem todos os(as) professores(as) estão atentos para a temática apesar da escola não estar alheia ao debate sobre as relações étnico-raciais. Mesmo reconhecendo que o currículo não é um instrumento neutro, muitos professores não estão atentos a essa questão ou falta uma discussão coletiva dentro do espaço escolar. Quando analisamos o currículo de uma determinada escola, muitas vezes os docentes desconhecem seu conteúdo.

Apesar da pouca atenção presente nos currículos escolares, os estudos sobre relações étnico-raciais vêm se projetando no espaço acadêmico e nos movimentos sociais. Em virtude do reconhecimento de que o Brasil se caracteriza como uma nação multicultural influenciada por diferentes povos que contribuiu para a formação da nossa sociedade, a problemática das relações entre educação e diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas. O que leva muitos estudiosos a debater a questão do racismo, como consequência do mito da democracia racial enraizado na sociedade brasileira.

Por outro lado, nesse contexto de desigualdades, exclusão dos povos africanos nos currículos das escolas públicas, é importante ressaltar outro ponto importante na formação da cultura brasileira. A história e culturas dos povos indígenas também tem uma tradição de invisibilidade com abordagens que reforçam estereótipos e preconceitos em torno dos povos originários. Desse modo, a lei nº 11.645/2008 (uma complementação da Lei nº 10.639/03) que inclui a obrigatoriedade da “História e Cultura Indígena” em todo o currículo da educação básica, privilegiando as disciplinas escolares de História, Artes e Língua Portuguesa.

A lei federal surge nesse contexto em que os povos indígenas buscam reconhecimento, autoafirmação e desconstrução de estereótipos que surgiram na época da colonização. Na sala de aula nos deparamos com a reprodução das visões herdadas dos primeiros europeus que se depararam com os povos indígenas na costa brasileira. De acordo com Gersem dos Santos Luciano (2006), as distorções na relação entre brancos e povos indígenas surgiu através,

Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, resultou uma série de ambiguidades e contradições ainda hoje presentes no imaginário da sociedade brasileira e dos próprios povos indígenas. A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global. Os povos indígenas, com forte sentimento de inferioridade, enfrentam duplo desafio: lutar pela autoafirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global (LUCIANO, 2006, p. 34).

Portanto, é frequentemente professores apontarem que o entrave para efetivação da referida das leis federais se caracterizam através da carência de materiais didáticos que abordem as temáticas relacionadas à História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena. Nos estudos de Kelly Silva Mota (2005), os livros didáticos utilizados nos Ensinos Fundamental e Médio representam a figura da (o) negra (o) de forma negativa, marcada por estereótipos inferiorizantes e caricatos, pontuando os aspectos violentos da escravidão, e omitindo a resistência ao tráfico. Já no que diz respeito a questão indígena, de acordo Mauro Cezar Coelho (2009), a temática indígena é apresentada nas salas de aula com,

(...) uma gritante ambiguidade: enquanto, por um lado, se verifica o redimensionamento do lugar das populações indígenas, na composição dos conteúdos, em tudo atenta às pesquisas mais recentes; por outro lado, se nota a permanência de aportes que se aproximam daquela antiga vocação: as populações indígenas são representadas conforme aquela cultura histórica que os via como ingênuas, vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza (COELHO, 2009, p. 274)

Dessa forma, para concluir a nossa reflexão diante do que foi exposto sobre a influência cultural dos povos africanos e indígenas na construção da sociedade brasileira, ressaltamos que

as questões étnico-raciais deve ser inseridas em contextos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Desse modo, a escola pode ser o ambiente informacional que deve proporcionar o diálogo que são inerentes de todas as relações humanas. Como professores da educação básica, das diversas áreas, devemos defender a operacionalização dessas leis federais para que sejam efetivadas e contribua na formação de professores. As leis só podem funcionar na educação básica se os cursos de licenciatura seguir as novas demandas da educação democrática.

4 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CENTRO DE ENSINO ARIMATHÉA CYSNE

Neste capítulo, busca-se apresentar e analisar os dados obtidos na pesquisa de campo realizada no Centro de Ensino Arimathéa Cysne da cidade de Bacabal – MA. Para tanto, procura-se apresentar, inicialmente, a caracterização do ambiente escolar, na sequência o contexto da implementação da Lei 10.639 no livro didático de sociologia e na escola. Como não há definição de áreas do conhecimento a tratar dessa temática, subentende-se que todas as áreas ou disciplinas deveriam contemplá-la. Portanto, como a disciplina de sociologia pode contribuir para estimular a política de combate ao racismo, analisamos o tema neste tipo de ensino.

Contudo, a referida lei não define como isso seria feito pelos professores, pois a maioria continua desinformada acerca do tema das relações étnico-raciais. Alguns fatores como a falta de formação continuada, contribuem para esse problema. Sendo assim, finalizando a análise, no curso da pesquisa foi possível perceber que seria relevante pensar melhor a respeito da atuação dos docentes frente a temas complexos, como a questão da cultura africana e afro-brasileira no processo de educação para as relações étnico-raciais. Portanto, conclui-se o estudo com um certo envolvimento emocional, com a consciência de que a imparcialidade é uma meta praticamente impossível nas ciências humanas.

4.1 CARACTERIZANDO O CENTRO DE ENSINO ARIMATHÉA CYSNE

Pra começar, a descrição do perfil da escola foi possível com a participação no Programa Residência Pedagógica (RP). Com as atividades do programa possível participar de reuniões de planejamento com professores, o que possibilitou a observação do funcionamento da instituição. A pesquisa de campo foi baseada nos trabalhos de Bronislaw Malinowski, grande

antropólogo, considerado pai da “observação participante”, que ao nosso ver constitui um instrumental de grande ajuda para a compreensão de várias comunidades, inclusive as escolares. Conseqüentemente, o contato com uma escola forneceu um maior entendimento de como ocorre o processo de ensino-aprendizagem e a possibilidade de identificar uma evasão escolar, o que inclui os baixos aproveitamentos de aulas. São situações que fazem parte da realidade da escola pesquisada.

Portanto, considerando a importância dos povos africanos na formação do Brasil, é necessário que a inclusão do tema das questões étnico-raciais faça parte da realidade dos alunos para que seja possível desconstruir estereótipos que caracterizam os povos africanos e afro-brasileiros como inferiores na sociedade. No entanto, a partir das estruturas da escola, foi possível identificar diversas dificuldades para abordar não só os temas da cultura africana como também outros temas fundamentais para a formação dos estudantes. Em outras palavras, embora a estrutura das escolas públicas brasileira tenha passado por profundas transformações ao longo dos últimos anos para que a efetivação da lei 10.639 fosse um sucesso, uma vez que nos espaços escolares envolve afetos e emoções, a escola pesquisada ainda reflete problemas relativos ao rendimento escolar, o que conseqüentemente mantém mitos e estereótipos negativos acerca do negro no Brasil.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que apesar do reconhecimento da importância da infraestrutura escolar, os maiores problemas das escolas públicas do Brasil estão relacionados à falta de serviços básicos, como acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, acesso à internet, da existência de esgoto sanitário e coleta periódica do lixo. A situação divulgada pelos dados revela que a falta de estrutura física e de equipamentos em muitas escolas públicas de ensino médio, afetam significativamente no processo de ensino-aprendizagem.

Inserida neste contexto, o Centro de Ensino Arimathéa Cysne (uma instituição de ensino público estadual do Maranhão, fundada em 1951, localizado na Rua Barão do Rio Branco s/n, no centro do município de Bacabal - MA), que tem como objetivo estimular o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos e formar cidadãos críticos capazes de refletir sobre a realidade que estão inseridos, apresenta uma aparente semelhança com as condições precárias de funcionamento de outras escolas públicas que tem a qualidade de ensino afetada por fatores físicos.

Com uma fachada dos anos de 1950 do século XX, a escola que funciona nos três turnos na modalidade de Ensino Médio Regular, com condição geral reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), apresenta uma infraestrutura de pouca qualidade. Nas dependências da escola tem alimentação escolar para os alunos, água aparentemente filtrada, seis salas de aulas, um almoxarifado, uma cantina, dois banheiros para alunos, um para portadores de deficiência física, um banheiro para professores, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de secretaria, uma de diretoria e uma biblioteca (usada para guardar os livros didáticos). As condições de instalação hidráulica e elétrica são regulares, o que torna a iluminação comprometida, dificultando assim a visualização nas salas de aulas. A ventilação se apresenta também de forma regular. O prédio apresenta um espaço físico inadequado para uma escola, uma vez torna prejudicial a circulação de professores e alunos pelos corredores. O que acaba não permitindo a realização de grandes eventos escolares que podem contribuir na formação dos educandos. (Ver figura 1 e 2)

Figura1: Fachada da Escola Arimathéa Cysne/ Bacabal - MA



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 2: Sala dos professores



Fonte: Autoria própria, 2019.

O corpo docente da escola é formado por trinta e três professores. Todos com formação acadêmica completa, ocupando seus cargos há mais de 10 anos. São profissionais de ensino que se dedicam a educação e ao ensino-aprendizagem de jovens e adultos do ensino médio, tornando-se assim, uma verdadeira equipe com uma relação amigável no ambiente de trabalho. No entanto, assim como a maioria das escolas públicas do Brasil, o quadro de professores apresenta problemas semelhantes a outras escolas. Segundo o Censo Escolar 2019, uma porcentagem significativa dos professores do Ensino Médio, cerca de 40% não são formados nas disciplinas que ministram aulas. É uma realidade que faz parte da escola pesquisada. Na disciplina de sociologia o docente possui licenciatura em outra área, o que compromete o ensino. Além disso, na escola foi identificadas práticas de ensino limitadas, falta de apoio oficial, falta de material didático para o professor e limitações de tempo e espaço para desenvolver suas planejadas aulas de uma forma adequada.

Os estudantes da escola por outro lado, são jovens oriundos da zona urbana e rural da cidade. A maioria são de grupos de baixa renda, que é, conseqüentemente, resultado da desigualdade histórico-social no Brasil. Além disso, vários pontos chamam atenção dos olhos mais atentos. Um dos pontos significativos diz respeito ao número de alunos negros presente na instituição. É um fator comum em outras escolas públicas do Brasil. Também foi identificado entre os alunos, a falta de construções de imagens positivas sobre o negro na sociedade. Diante dessas situações, observando e analisando as nossas estruturas sociais, seja na mídia, na religião, na política, ou na escola, ficam evidente o quanto nossas relações são alimentadas pela ideologia do branqueamento.

Outro ponto significativo diz respeito a localização da escola. Embora localizada perto dos principais órgãos oficiais públicos da cidade, sua invisibilidade torna-se um fator prejudicial. Neste sentido, a pesquisa realizada nos remete às seguintes indagações: Como o tema das relações étnico-raciais é abordado no livro didático de Sociologia? Quais são as atividades escolares que o docente de sociologia está desenvolvendo de acordo com Lei 10.639/03? Diante da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, foi identificado que os alunos possuem grandes necessidades como a falta de apoio familiar que afetam seus estudos. Além disso, a falta de tempo e o escasso interesse de uma parte significativa dos estudantes dificultam o aproveitamento das aulas relacionadas a temática das relações étnico-racial.

Portanto, é possível levantar a hipótese que essa falta de interesse dos alunos pode estar relacionada com a descontextualização dos conteúdos curriculares, com sua não participação no planejamento dos projetos pedagógicos, nos planos de aula, o que faz com que recebam ensinamentos como uma obrigação de realizar atividades sem compreender o conteúdo abordado durante a aula. Sendo assim, muitas vezes recebem as propostas dos professores de uma forma passiva, o que os levam a não desenvolver aptidões e interesses pelos temas das aulas.

Dessa forma, através da observação de campo, ficou evidente que mesmo que as interações com os alunos tão diferentes um dos outros sejam boas, a instituição não oferece estruturas para uma forma diferente de ministrar aulas, o que deixa alunos e professores desmotivados. O que torna difícil uma educação para as relações étnico-raciais. Além disso, embora existam professores que proponham a abordagem da temática africana e afro-brasileira na escola, eles lidam com estereótipos que os alunos construíram ao longo da formação escolar.

Neste sentido, segundo os estudos de diversos autores que contribuíram para este trabalho, o ingresso de estudantes não brancos nas escolas brasileiras mobiliza importantes discussões e esforços. Do ponto de vista pedagógico, é importante que os professores ensinem seus alunos a importância de discutir sobre as relações étnico-raciais na educação. De acordo com Paulo Freire (2019, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Para concluir, Sem dúvidas, fica evidente que o ensino das questões étnico-raciais pode ajudar na formação da identidade do povo brasileiro, sobretudo, na construção de imagens positivas da população negra do Brasil. No entanto, identificamos que um dos maiores desafios a serem enfrentados no que diz respeito a questão étnico-racial, é a resistência de alguns docentes diante da democratização do conhecimento. As novas demandas de ensino pode tornar obsoletas algumas funções do professor tradicional⁶, que era o senhor de um conhecimento reproduzido ao aluno, tanto nas aulas de sociologia, como nas diversas áreas do saber. No entanto, é necessário que mudanças sejam feitas para que possamos ter uma educação antirracista e democrática nas escolas públicas do Brasil.

⁶ Aqui entendemos que o professor tradicional é aquele que é considerado a figura central no processo de ensino e aprendizado. Aquele que repassa para os estudantes os conteúdos de uma forma extremamente mecânica, na qual os alunos são sujeitos passivos e o professor ativo, o dono do saber e do conhecimento. Personagem ainda presente na escola pesquisada.

4.2 A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil, é o mais antigo dos programas voltados a distribuição de livros didáticos aos alunos nas escolas públicas. Portanto, o material didático se encontra presente, seja no processo de alfabetização, seja para o aprendizado das várias ciências que sustentam as disciplinas escolares. De acordo com Katia Maria Abud (1984, p. 81), “o livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum”. Portanto, nas escolas do nosso país o material ainda é o instrumento pedagógico mais utilizado pelos professores das diversas áreas do saber. Segundo os estudos de José William Vesentini (2007), o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência, pois é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida. Conforme Circe Bittencourt (2002),

O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade (BITTENCOURT, 2002).

Portanto, durante muito tempo, lamentavelmente o livro didático contribuiu com a construção de estereótipos que povoam a imaginação de estudantes que assimilam as imagens negativas da África como verdades absolutas. Os temas são abordados de maneira vazia, sem trazer reflexões acerca da importância desses povos para a formação do Brasil. Portanto, com a deficiência do tema da cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos, os estudantes acabam sendo prejudicados durante o período de desenvolvimento de suas identidades social e cultural. Dessa maneira, uma das maiores consequências desse fator é a normalização do racismo que contribuem em distorções. Segundo os estudos de Renata Alexandre Severino (2010),

O fato de, muitas vezes, os livros didáticos utilizados em sala de aula retratarem o negro de uma forma estigmatizada origina danos ao aluno, que acha normal o racismo e a discriminação contra as pessoas negras, reforçando-se, então, ideias racistas dentro e fora da escola (SEVERINO, 2010, p. 22)

De acordo com Agostinho Menotti Orlandi (2010), na escola aprendemos que a África era um continente em que havia somente negros selvagens, animais exóticos, que fornecia mão de obra escrava para os colonizadores europeus, e que não havia uma cultura nativa rica em detalhes, com nações inteiras organizadas socialmente em reinos, com nobreza, tribos, vilas, cidades, clãs e povoados. Consequentemente, com o passar dos tempos essas imagens

distorcidas sobre a África foram incorporando no imaginário popular, e são refletidas através do preconceito racial e social. Ainda segundo o autor,

Todos imaginam a África como um continente repleto de matas, um paraíso da vida selvagem, habitantes apenas negros, que não se organizam socialmente, tribos selvagens nada amistosas, habitantes incapazes de se defenderem frente a uma exploração e/ ou intervenção agressiva do homem branco. Total miséria, inexistência de centros urbanos, e quando, alguns sabem da existência de vilas e cidades, imaginam ser locais desprovidos de qualquer infraestrutura e desenvolvimento social e cultural. (ORLANDI, 2010).

Um dos aspectos identificado em escolas públicas (o que inclui a escola pesquisada), é que antigas práticas de ensino já não preenchem lacunas deixadas pela historiografia tradicional. Segundo Jim Sharpe (1992), tradicionalmente a história tem sido encarada, desde a antiguidade clássica, como um relato dos feitos dos grandes. Sob o mesmo ponto de vista, Gwyn Prins (1992) ressalta em seus estudos que desde o início da história que o continente africano tem sido visto sobre uma perspectiva a-histórica⁷. Dessa maneira não havia interesse pelos estudos da história africana. Portanto, somente as fontes escritas europeias foram preferência dos pesquisadores durante séculos. No entanto, segundo Sharpe (1992), a história oral tem sido usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência de pessoas comuns.

A história oral adquiriu importância com o advento de uma nova historiografia. Escrever a história vista de baixo para resgatar as experiências passadas das populações antes negligenciadas pelos historiadores, tem ganhado espaço nos discursos acadêmicos durante os últimos anos. Neste contexto, de acordo com os estudos de Ana Lúcia Guedes-Pinto (2002), a história oral como instrumento de pesquisa, tem sido usada como ferramenta referencial teórico-metodológico dentro da abordagem qualitativa para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Ainda segundo a autora,

A História Oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95)

Dessa maneira, os dados orais contribuíram para facilitar as histórias das comunidades com fontes de escritas escassas. Estudos recentes tem demonstrado resultados satisfatórios para os pesquisadores. A contribuição africana na formação da sociedade brasileira, antes relegada ao esquecimento nas salas de aula e livros didáticos, passaram a ser encaradas sob outro ponto

⁷ Segundo os estudos de Sharpe (1992), a história é vista de cima, principalmente na perspectiva europeia, do colonizador. Portanto, perspectivas a-históricas são situações que nega-se a participação e contribuição de alguns agentes históricos (povos indígenas e africanos, etc.) na construção das sociedades.

de vista na educação básica e nas universidades. No entanto, para promover uma educação democrática, é necessário trabalhar intensamente com as questões das relações étnico-raciais sem se limitar ao livro.

É necessário que a formação de professores seja adequada. Só será possível superar a discriminação, o racismo, se as relações étnico-raciais for trabalhada de forma eficaz dentro da escola. Com a abordagem correta do tema, além de valorizar a diversidade cultural dos estudantes, poderemos contribuir de maneira positiva na construção da identidade de alunos e alunas afrodescendentes. Portanto, temos que fortalecer a criação de um espaço político-social consciente da importância do estudo, não só da história da África e da cultura afro-brasileira, mas também da história e cultura indígena na formação cultural do Brasil.

4.3 O DISCURSO TEXTUAL E IMAGÉTICO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

A participação da Sociologia no currículo escolar brasileiro foi marcada por sua continuidade e descontinuidade no sistema de educação nacional. De um modo geral, de acordo com os estudos de Kelly Silva Moto (2005), defensores do retorno da sociologia aos programas curriculares argumentam sua importância em razão de uma formação para a crítica e para a cidadania. Portanto, de acordo com as orientações curriculares para o Ensino Médio, existem três tipos de recortes que são reiterados nas propostas construídas para o ensino de Sociologia que são: *conceitos*, *temas* e *teorias*, além de mais um instrumento importante que pode complementar os três elementos que é a *pesquisa*, tornando-se fundamental para a relação aluno e o meio em que está inserido.

No entanto, foi possível identificar alguns fatores que podem ser um grande problema para compreensão da disciplina de sociologia na escola Arimathéa Cysne e principalmente no que diz respeito a temática da cultura africana e afro-brasileira. O primeiro deles foi à falta de um professor formado na disciplina. O segundo foi a ausência de pesquisas e materiais adequados, uma vez que as aulas se limitam ao livro didático. Outro fator identificado foi a presença de uma hierarquização de disciplinas, onde as áreas das ciências humanas se encontram nos últimos horários. E por último o que chamou atenção foi a falta de sintonia entre o professor de sociologia e turma com a temática étnico-racial. São inúmeras as hipóteses que podem servir de respostas para tais dificuldades. Vai da superlotação na sala de aula, onde mal tem carteiras para todos, até as indisciplinas dos estudantes, por exemplo.

Entretanto, considerando que o livro didático é a principal ferramenta pedagógica da escola, o livro de sociologia foi analisado para obter informações acerca da construção imagética e textual acerca da cultura africana e afro-brasileira. O material analisado trata-se de um volume único completo e atualizado que reúne um time de autores especialistas que atuam na educação básica para atender às necessidades da escola pública e à realidade de alunos, professores e comunidade escolar, sem perder de vista os conceitos fundamentais de grandes nomes da disciplina de sociologia.

Distribuído em 15 capítulos divididos em 6 unidades, o principal objetivo da obra é dar ao aluno subsídios para a construção do conhecimento, favorecendo assim a compreensão do mundo e o desenvolvimento das habilidades necessárias para nele viver e agir conscientemente. Dessa forma, a análise dos dados evidenciou que o livro apresenta por meio de variedades e quantidades de atividades, a possibilidade para que o aluno seja protagonista da sua aprendizagem, utilizando e aplicando conceitos e procedimentos da Sociologia para que possa compreender e interpretar a realidade da qual está inserido. No livro serve como suporte de apoio. As atividades são aparentemente compatíveis com os desafios enfrentados pelos jovens na atualidade e os ajuda a formular os questionamentos de nosso tempo, tendo como base o estranhamento diante dos fenômenos sociais e sua desnaturalização. (Ver figura 3)

Tabela 1: Dados do livro didático de sociologia

Título:	Sociologia em Movimento
Autor (es):	Vários autores
Edição:	2ª edição, 2016
Editora:	Editora Moderna
Volume:	Volume único
Local da publicação:	São Paulo
Coleção:	Sociologia
Ano de adoção na escola:	2018, 2019 e 2020

Fonte: autoria própria, 2019.

Figura 3: Sociologia em movimento 1º, 2º e 3º.



Fontes: Editora Moderna, 2016.

O livro é composto de textos elaborados a partir de uma linguagem simples, o que torna acessível a jovens do Ensino Médio. Se for bem trabalhado em sala de aula, pode trazer um estímulo ao desenvolvimento de atitudes aos educandos. No entanto, apesar de ser a única ferramenta didática mais disponível na escola, apesar de oferecer um conteúdo de forma eficaz para a compreensão e ao desenvolvimento cognitivo no processo aprendizagem dos alunos, o material não propõe em algumas de suas páginas a reflexão e capacidade crítica dos leitores se o conteúdo não for abordado de forma eficaz.

De acordo com a Lei 10.639/03, é obrigatório a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica para promover a reeducação para as relações étnico-raciais a fim de atingirmos uma sociedade orientada pelo respeito. No entanto, o livro didático de sociologia usado na escola Arimathéa Cysne desde 2018, que é volume único usado em todas as séries, traz apenas na segunda unidade uma breve explanação acerca de conteúdos que contribuem para a educação antirracista. O que significa que nem todos os alunos tem acesso ao tema, já que os capítulos da mencionada unidade são indicados apenas para os alunos do primeiro ano.

No entanto, ao longo da análise do livro foram identificados pontos interessante que podem surtir efeitos positivos na construção de imagens da cultura africana e afro-brasileira. No capítulo 5 da unidade que está localizado na página 108, (Raça, Etnia e Multiculturalismo), seu conteúdo está dividido em três momentos. No primeiro aborda os conceitos de *preconceito*,

discriminação e segregação como práticas sociais que estruturam hierarquias raciais. Neste momento seria interessante desconstruir com a turma a ideia de superioridade e inferioridade entre os povos. Dessa maneira, a turma compreenderia que as hierarquias que caracterizam a população negra como inferior, não faz sentido.

No segundo momento apresenta a discussão sobre *raça, racismo e etnia* na dinâmica dos diferentes povos e grupos sociais. O que poderia levar o conceito de racismo, aqui entendido como uma construção social, que precisa ser combatido. E por último, é apresentado os conceitos de *multiculturalismo* e *ação afirmativas* que surgem como forma de combater as desigualdades sociais na sociedade capitalista contemporânea. Nesta parte é relatado como as relações culturais e desigualdades sociais são estruturadas. De acordo com as Ciências Sociais, racismo e desigualdade social estão atrelados e configura a sociedade brasileira, o que torna-se uma oportunidade significativa para estimular a reflexão crítica sobre o tema.

Dessa forma, o capítulo aponta para a importância de se compreender as questões étnico-raciais como campo teórico e prático na fundamentação ao respeito as diferenças entre os povos. Consequentemente o conteúdo (dividido em tópicos essenciais) identificado no livro didático de sociologia pode positivamente servir de rompimento com a perspectiva eurocêntrica de saberes que limita ou mesmo impede o reconhecimento e o movimento da história africana e dos afro-brasileiros. Didaticamente o capítulo analisado está pautado numa educação antirracista a partir do reconhecimento e identificação dos principais conceitos que envolve as relações étnico-raciais. Portanto, pode promover o estreitamento dos laços dinâmicos entre o docente e os estudantes, e também entre toda a comunidade escolar.

Por outro lado, também foram identificados pontos negativos no capítulo analisado. Com análise do conteúdo, foi detectado que os principais conceitos abordados se apresentam de forma fragmentada e superficial e não gera no aluno o desejo por pesquisas mais profundas sobre a temática, apesar de apontar a importância de compreender os conceitos de *raça, racismo*, e refletir criticamente sobre as desigualdade sociais decorrente das relações raciais na construção social da sociedade.

Portanto, se as possibilidades para desenvolver metodologias ativas de ensino-aprendizagem são múltiplas, o professor não deve se limitar ao material didático, deve considerar que o uso de outras ferramentas pedagógicas tornaria possível a compreensão do conteúdo da aula. Sendo assim, ficou evidente que somente o livro didático não é suficiente para tratar a questão do racismo estrutural na sociedade. É preciso levar para a sala de aula

exemplos do cotidiano dos educandos para que eles possam se sentir conectados ao tema. Os alunos não são seres passivos do processo de ensino-aprendizagem, mas sim sujeitos históricos que vivenciam diferentes possibilidades de conhecimento e que precisam ter condições de participarem dos processos de socialização envolvidos na vida escolar. (Ver figura 4)

Figura 4: Capítulo 5, Raça, Etnia e Multiculturalismo, p. 108.



Fonte: Editora Moderna, 2016.

Seguindo a análise de outros capítulos presentes na obra, a investigação verificou incongruências no capítulo 8, referente aos “movimentos sociais” (página 196). Apesar dos conceitos de movimentos sociais serem amplamente apresentados de forma em que os alunos possam contextualizá-los de maneira histórica e social e refletir sobre a importância dos diversos tipos de manifestações que contribuíram para a construção da sociedade, não se fala da importância do movimento negro na luta contra a escravidão e por direitos básicos como educação e melhores condições de vida. Durante muito tempo os movimentos negros tiveram suas lutas e ações silenciadas pela historiografia e continua tendo suas vozes caladas nos livros didáticos que dizem contribuir para uma educação antirracista. (Ver figura 5)

Figura 5: Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais, capítulo 8, p. 201.

α

4 Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta aspectos como sistemas de organização, tipos de relações estabelecidas por seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de contextualização histórica e espacial em relação ao surgimento e ao desenvolvimento dos movimentos sociais.

Um primeiro modelo mostra os chamados movimentos sociais tradicionais, que se constituíram principalmente com base nas lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Esses movimentos se caracterizam por apresentar organização vertical e rígida estrutura hierárquica, e neles os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Os movimentos tradicionais, em grande parte, pretendem assumir o controle do Estado ou, ao menos, transformar sua estrutura.

Site

♦ www.mst.org.br

Acesso em: fev. 2016.

Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que são divulgadas ações e reivindicações dos trabalhadores rurais, textos e vídeos sobre o MST e outros movimentos sociais.

Fonte: Editora Moderna, 2016.

No capítulo referente a “formação do Estado Brasileiro” (página 158), momento importante para que os alunos possam refletir acerca dos principais aspectos que moldam nossa sociedade, os povos africanos não são apontados como um dos protagonistas da formação do nosso país. Apenas a história dos colonizadores europeus é abordada. O que nos leva a refletir sobre os estudos de Prins (1992), que afirma que a história do continente africano é tratada por um viés a-histórico. Portanto, alguns livros didáticos possuem estruturas eurocentricas. Isso significa que a cultura africana e sua contribuição ao mundo continua camuflada, uma vez que foi negligenciada por década pelos historiadores.

Portanto, na maioria dos livros didáticos, das diversas áreas do saber, os povos africanos continuam com o papel passivo na construção da sociedade brasileira. O que nos leva a observar que na escola Arimathéa Cysne a situação não é diferente de outras escolas públicas do país. De acordo com os estudos de José Ricardo Oriá Fernandes (2005), as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas são reproduzidas de forma folclorizada e pitoresca, como mero legado deixado por índios e negros, mas dando-se ao europeu a condição de portador de uma cultura superior e civilizada. (Ver figura 6)

Figura 6: Temática relacionada a formação do estado brasileiro, p. 158.

Patrimonialismo
Modelo tradicional de dominação, cujas bases estão na manutenção dos vínculos entre as esferas pública e privada, viabilizando a manutenção de privilégios das elites em ambas as esferas.

4 Formação do Estado brasileiro

Para analisar sociologicamente a formação do Estado brasileiro, é importante destacar algumas características que marcaram a vida das instituições políticas no país. Entre essas características podemos citar o **patrimonialismo**, que se apresenta ao longo de nossa história pela indistinção entre esfera pública e privada, o coronelismo e o clientelismo.

O período colonial

Quando falamos em formação do Estado, não podemos esquecer que o Brasil é fruto da expansão marítima das potências europeias, principalmente de Portugal. O fato de o país ter sido inserido no sistema internacional como colônia de exploração é fator importante para nosso estudo. No âmbito econômico, o período colonial teve três grandes ciclos: pau-brasil (1500-1530), açúcar (1532 até o século XVII) e ouro (século XVIII).

Ativar o Windows
Acesse as configurações do computador para ativar o Win

◆ 158

Fonte: Editora Moderna, 2016.

Quanto à articulação entre as atividades e os objetivos de cada tema das relações étnico-raciais proposto pelo livro, a investigação apontou que os exercícios podem se tornar oportunidades do professor articular um diálogo da sociologia com as teorias racista, uma vez que é um dos principais problemas sociais enfrentados nos tempos atuais. Neste sentido, vale ressaltar que essas teorias tratam-se de ideologias que nasceram do comportamento humano. Portanto, as atividades podem estimular a reflexão crítica do aluno acerca da estrutura que molda o racismo na sociedade brasileira, que se caracterizam pela ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, já citados neste presente estudo.

Portanto, embora bastante limitado, os exercícios e textos complementares presentes no capítulo são bem articulados para se compreender a formação da sociedade brasileira, apesar de negar a participação da população negra. Através das atividades existe a possibilidade do aluno pensar a realidade sobre uma perspectiva diferente ao propiciar uma reflexão mais sistemática sobre os temas apresentados. Dessa forma, objetivo dessas atividades é fazer com que os estudantes demonstrem capacidade de estabelecer relações e identificar as semelhanças e diferenças entre as teorias.

Seguindo com a investigação, quando se faz uma análise dos livros didáticos presente nas escolas públicas, podemos encontrar diferentes recursos pedagógicos que representam várias estratégias na realização do processo ensino-aprendizagem. Tais recursos podem se configurar em textos complementares, exercícios, músicas, tirinhas, indicação de filmes ou

sugestão de livros. No livro didático de sociologia analisado, dentre os textos complementares presentes na obra, embora limitado, podemos afirmar que houve o interesse da editora em oferecer ao estudante uma abordagem acerca da História africana e afro-brasileira na formação social do Brasil, o que torna-se significativo para a educação antirracista. (Ver figura 7).

Figura 7: Texto complementar do capítulo 5, p. 130

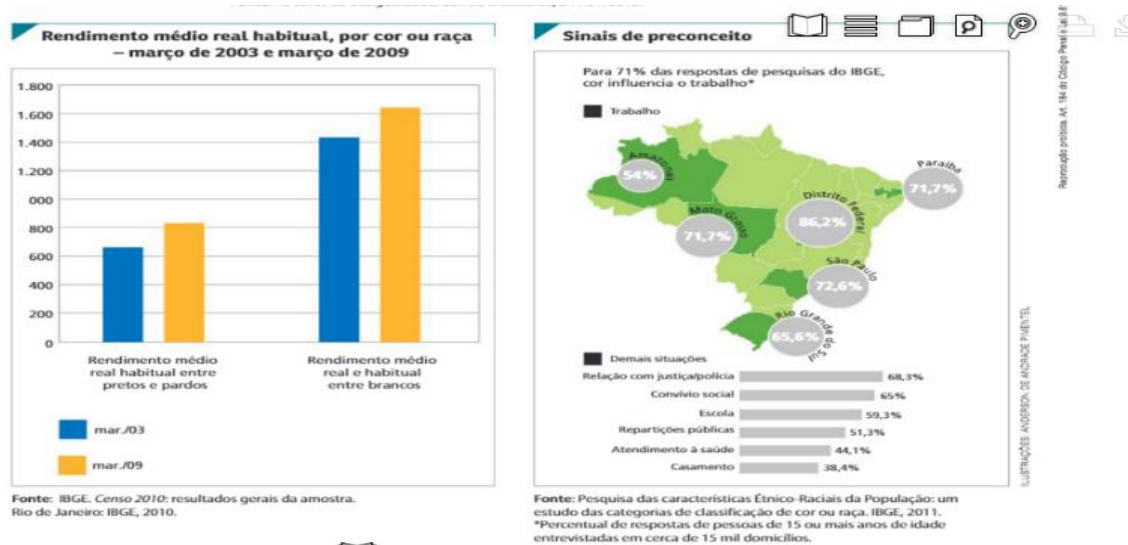


Fonte: Editora Moderna, 2016.

No que diz respeito às ilustrações (fotos, gráficos, charges, desenhos), favorecem o entendimento dos conceitos fundamentais de sociologia, uma vez que são um instrumento básico na concepção do entendimento sobre os temas, além de apoiar o educador na formação de alunos críticos. Porém, embora apresente uma variedade de imagens e atividades para apoiar o processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo é incapaz de fazer com que o aluno possa relacionar fatos e ideias no que diz respeito a contribuição cultural dos povos africanos na formação da sociedade brasileira.

Em algumas páginas, as imagens chegam a ocupar muito espaço e não apresentam informações. Na página 114 da obra, foi identificado imagens de gráficos que faz referência ao rendimento habitual por raça. No entanto, sem uma leitura adequada, não contribuem para o entendimento. Com uma abordagem adequada, os estudantes estarão aptos a perceber que a discriminação pode ser direta e visível, passível de reprovação imediata, mas também pode ocorrer de maneira indireta e sutil, de difícil percepção. (Ver figura 8)

Figura 8: Mapas ocupando uma página inteira, p. 114



Fontes: Editora Moderna, 2016.

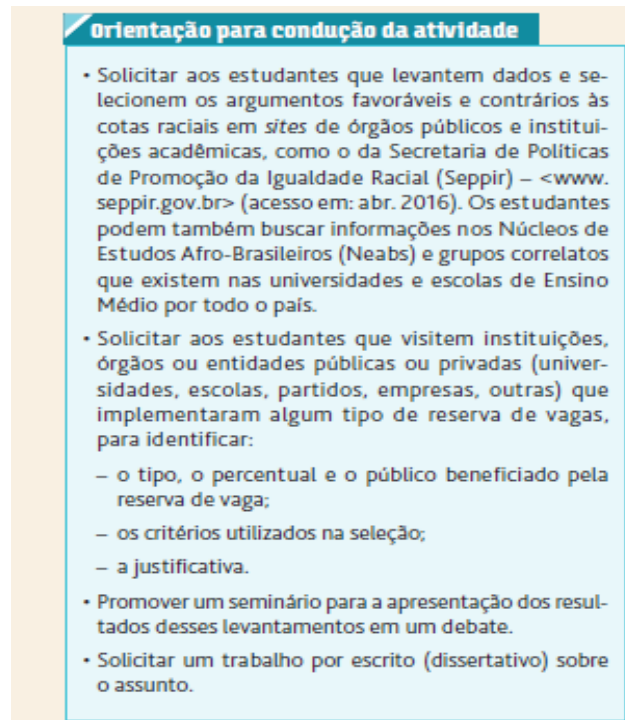
Seguindo com a análise do livro didático, é importante destacar que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) disponibiliza duas versões de livros para as escolas públicas do país. Uma versão para alunos e outra para os professores, que é um material importantíssimo em sala de aula. O Manual do Professor da escola pesquisada, além de disponibilizar textos complementares e sugestões sobre o tema das relações étnico-raciais, segue orientações que são relevantes para cada momentos da aula, uma vez que estão de acordo com as propostas construídas para o ensino de Sociologia.

No geral, os livros dos professores apresentam inúmeras características que contribuem para o ensino-aprendizagem levando os alunos a refletirem sobre o tema em sala de aula. Isso significa que o Manual do Professor pode apresentar elementos que podem aprimorar, ampliar, organizar, planejar e completar a prática pedagógica para uma educação para as relações étnico-raciais. Desse modo, a obra usada pelo professor de sociologia na escola contém sim a presença de textos complementares que contribuem com diferentes informações que remetem a discussões atuais e contextualizadas entre os alunos.

Isso significa que as orientações teóricas e metodológicas presentes no livro, são enriquecedoras para uma educação antirracista, porém, é necessário ressaltar que apesar do livro didático auxiliar as aulas, o professor continua com autonomia para construir a sua aula de acordo com a realidade dos alunos. Portanto, para que seja possível alcançar os objetivos de cada aula, a construção do conhecimento é realizada por meio da integração de temas, teorias e

conceitos, como sugerem as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) para o Ensino Médio. Nesse sentido, o saber sociológico no livro do professor é mobilizado por meio de recortes da realidade em conexão com outras expressões do conhecimento. A seguir, algumas orientações para estimular e inserir os alunos do ensino médio na pesquisa. (Ver figura 9)

Figura 9: Orientação de pesquisa, Manual do professor, p. 441.



Orientação para condução da atividade

- Solicitar aos estudantes que levem dados e selecionem os argumentos favoráveis e contrários às cotas raciais em sites de órgãos públicos e instituições acadêmicas, como o da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – <www.seppir.gov.br> (acesso em: abr. 2016). Os estudantes podem também buscar informações nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e grupos correlatos que existem nas universidades e escolas de Ensino Médio por todo o país.
- Solicitar aos estudantes que visitem instituições, órgãos ou entidades públicas ou privadas (universidades, escolas, partidos, empresas, outras) que implementaram algum tipo de reserva de vagas, para identificar:
 - o tipo, o percentual e o público beneficiado pela reserva de vaga;
 - os critérios utilizados na seleção;
 - a justificativa.
- Promover um seminário para a apresentação dos resultados desses levantamentos em um debate.
- Solicitar um trabalho por escrito (dissertativo) sobre o assunto.

Fonte: Editora Moderna, 2016.

Entretanto, apesar do manual do professor analisado sugerir recortes de textos, indicações de filmes, livros e orientações discursivas que contribuem para a reflexão do aluno acerca de cada tema estudado ao longo dos capítulos, a maioria das indicações possui uma linguagem de difícil compreensão por parte dos alunos, uma vez que os estudantes não estão propensos a leitura, necessitando assim da ajuda do professor para interpretá-las.

Dessa maneira, considerando que o ensino de Sociologia assume papel formativo, o livro didático da disciplina analisado foi apreendido como um material que está de acordo com que os estudos de Circe Bittencourt (2004) ressalta. Segundo a autora, o livro possui funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Desse modo, a investigação aponta que apesar das importantes recomendações, o livro do professor segue com a mesma lacuna do livro do aluno.

Portanto, conforme alerta os estudos de pesquisadores como Kabengele Munanga e Nilma Gomes (2006, p.18) que ressaltam que “em relação à matriz africana, na maioria dos livros didáticos que conhecemos, o ensino sobre a África é geralmente ausente ou é apresentada de modo distorcido ou de forma estereotipada”. Com a análise foi possível detectar que o discurso textual e imagético a respeito da cultura africana e afro-brasileira ocupa lugar secundário no livro didático de sociologia utilizado na escola, o que deixa evidente que representações das culturas afro-brasileiras e indígenas nos livros didáticos das escolas brasileira são de fato estereotipadas. O que nos leva a refletir sobre a real necessidade de levar outros instrumentos pedagógicos que possam contribuir na compreensão do tema.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de sociologia ressaltam que as aulas deve ser interdisciplinar. O que significa que para abordar a pluralidade cultural que atende a nossa diversidade, temáticas como a sexualidade, a ética, o trabalho, a saúde, o consumo e religiões devem ser abordados de maneira que possa contribuir para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos. No entanto, não foram identificados no livro analisado assuntos relacionamentos as religiões de matrizes africanas, uma vez que são o principal alvo de intolerância no Brasil. A análise deixou evidente que no âmbito da educação brasileira, “a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa” (GOMES, 2012, p. 105).

Para concluir as análise do livro didático, chegamos à conclusão de que à conciliação entre teoria e prática no ensino de Sociologia traz alguns pontos que são esclarecedores em relação a esta difícil missão de trabalhar com a educação para as relações étnico-raciais no Brasil conforme alerta os estudos de Ileizi Fiorelli Silva (2007). Segundo a autora, no campo de estudos das disciplinas, dos currículos, ou, na sociologia do currículo, podemos encontrar elementos que ajudem apreender os sentidos que levam a constituição da sociologia como saber escolar.

Seguindo essa linha de raciocínio, acreditamos que para tornar as aulas atraentes, é necessário criar e recriar modos que concilie teorias e práticas educacionais, só dessa forma seria possível fazer com que os estudantes compreendam suas raízes culturais. No entanto, para isso é preciso que o próprio docente possa pensar sociologicamente. Segundo Zygmunt Bauman e Tim May (2010, p.26), “pensar sociologicamente significa entender de um modo um pouco mais completo quem nos cerca, tanto em suas esperanças e desejos quanto em suas inquietações e preocupações”.

4.4 CULTURA E RELIGIÃO: a religiosidade afrodescendente na escola

De acordo com os estudos de Nina Rodrigues (2010), de todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram às práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil. Isso aconteceu porque a religião é uma instituição social que está presente nas sociedades ao longo da história humanidade, e consiste em um sistema de símbolos que propiciam intensas motivações aos indivíduos. De acordo com o dicionário de conceitos históricos, a palavra “religião vem de ‘religio’, termo latino que originalmente se referia a qualquer conjunto de regras e interdições” (SILVA, 2009). Por outro lado, segundo Clifford Geertz (2008), além de religião ser algo que liga o ser humano ao sagrado, está ligada ao conceito de cultura como,

Um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 2008).

Dessa forma, partindo do pressuposto de que o racismo é uma construção histórica, social e cultural, fruto de um longo processo ideológico, retornamos ao conceito de cultura. A antropologia nos ajuda a compreender que a definição de cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Segundo Denys Cuhe (1999), a cultura diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, e às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.

Portanto, reconhecendo que o Brasil é composto por diferentes grupos sociais que possuem diversas formas de se organizar, e que essa diversidade e suas variações culturais são evidentes por exemplo no campo religioso, ressaltamos a importância de utilizar o ensino de sociologia enquanto espaço de possibilidade para discutir questões como preconceitos e estereótipos em relação à religiosidade afro-brasileira, para que seja possível instigar os alunos a pesquisarem e conhecerem essas religiões de resistência. Dessa forma poderemos desmistificar e romper a associação delas com rituais satânicos.

No entanto, aqui no Brasil (o segundo maior país com população negra, de acordo com censo de 2010 do IBGE) nos deparamos com vários casos de intolerância religiosa, principalmente em relação às religiões de matriz africana. Atualmente que por ser um Estado Laico, o país é legalmente independente e não está submetido aos propósitos de qualquer confissão religiosa. Além disso, os cidadãos têm a garantia constitucional de poder professar a

religião que desejarem sem discriminação. Porém, o que se observa é que na prática a realidade é outra. O cenário que encontramos apresenta um número elevado de intolerância algumas vezes acompanhada de violência.

De um modo geral, no ambiente escolar, lugar onde deveria ser um espaço aberto para o debate sobre a diversidade cultural, existem diversas formas de preconceito e discriminação religiosa. De acordo com Renata Alexandre Severino (2010), na maioria das vezes os livros didáticos retratam o negro de uma forma estigmatizada, o que pode provocar sérios danos na construção de identidades dos alunos. Durante a pesquisa de campo foi possível identificar na escola que as representações sociais dos negros e suas crenças e valores são compartilhados a partir dos estereótipos étnicos. Em um dos momentos, um dos alunos da escola frisou na cor branca da minha pele. De acordo com o aluno, na instituição só tinha pessoas da pele “encardida”. Situação que nos leva ao que Frantz Fanon (2008) ressalta em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que a cor preta é vista como algo ruim na sociedade.

Além disso, não foram identificadas citações acerca das diversas religiões afro-brasileira no livro didático analisado. O conceito de religião é apresentado, porém, não se encontra nada acerca desse legado cultural que continua presente na sociedade. Durante a observação participante⁸, foi identificado o uso do rótulo “macumbeiro”, para caracterizar os estudantes oriundos de religiões de matriz africana. Foi possível verificar alguns constrangimentos de alunos ao se assumirem que pertencem a uma religião do gênero, com receio de tornarem-se motivo de chacota. A falta de respeito pelas diferentes religiões, é um indicativo de que os estereótipos negativos são os que mais reproduzem à representação do negro em nossa sociedade, o que pode ser prejudicial para o desenvolvimento da personalidade humana dos alunos. Segundo Santos Junior (2010),

O desenvolvimento da personalidade humana ocorre em várias fases em que o indivíduo aprende a fazer e a retratar o seu eu, tendo o seu corpo como o seu significado, originando suas concepções de afetividade e intelectualidade que formam sua identidade de acordo com suas condições socioculturais e do seu meio [...] Todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade. (SANTOS JUNIOR, 2010, p. 5-9)

Outro ponto observado durante a investigação, é que a falta de interesse e desinformação por parte dos alunos e professores acerca dos temas das tradições religiosas de matrizes

⁸ Como membro do Programa Residência Pedagógica, uma das minhas funções era ministrar aulas de sociologia. Com a falta de conteúdo no livro didático, levei outros materiais para abordar o tema. A autonomia do professor de sociologia é exatamente não se limitar ao livro didático.

africanas e indígenas, é uma realidade da escola pesquisada. Uma vez abordado, é frequente a resistência de alunos pertencentes a outros segmentos religiosos, o que conseqüentemente dificulta o diálogo sobre os diferentes tipos de religiões no Brasil, deixando evidente que o preconceito ainda reflete sua maior característica que é a intolerância religiosa. A má interpretação dos significados dos processos que envolvem as religiões afro-brasileiras faz com que seus rituais e cultos sejam associados a bruxaria ou espíritos maléficos ou simplesmente fazem comparação ao diabo. (Ver figura 10)

Figura 10: Trabalho de campo/Aula sobre religiões (10/11/2019)



Fonte: Autoria própria, 2019.

A princípio durante a aula acerca das religiões afro-brasileira, o discurso dos alunos em relação ao tema mostrou-se carregado de preconceitos quando classificam as práticas religiosas africana e afro-brasileira de “magia negra”. Outro traço marcante das falas dos estudantes foi à ideia de que as práticas religiosas mencionadas durante a aula não faziam parte da cultura brasileira, o que torna-se um fato preocupante. Outro ponto foi os discursos do docente de sociologia que revela a falta de conhecimento, provocando o desinteresse dos alunos com relação ao assunto. Daí também a necessidade da formação docente adequada, visto que a religião foi uma dos maiores legado cultural deixado pelos povos africanos. De acordo com os estudos de Mônica Estela Neves Higino (2011),

A tradição religiosa afro-brasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres que contribuíram de forma significativa para a diversidade do país em que vivemos. A sabedoria e os valores das religiões de matriz africana é um expressivo elemento da cultura brasileira, que foi mantido por gerações. (HIGINO, 2011, p. 14)

Embora no livro didático de sociologia o tema da cultura afro-brasileira se encontrem de forma limitada, e a intolerância é a palavra que circula em todos os cantos, acionada para rejeitar comportamentos que violentam o convívio humanizado, respeitoso e fundado na liberdade de cada um, as ações realizadas na escola Arimathéa Cysne mostra um avanço significativo em relação a implementação da lei 10.639/03 em suas dependências. Assim como acontecem em várias escolas públicas do país para promover uma reflexão e o debate sobre a importância da igualdade racial e da valorização da cultura africana e afro-brasileira, ao longo de todo o mês de novembro diversas atividades são promovidas na instituição.

Neste sentido, uma das ações pedagógicas na escola pesquisada contra o racismo é promovida durante todo o mês do qual é celebrado o Dia da Consciência Negra. Por meio do projeto "Escravo nem Pensar", que é um programa educacional presente em todas as escolas públicas contra o trabalho escravo que ocorre em todo país, cuja maiores vítimas são pessoas em situações vulneráveis, os educadores e estudantes da escola realizam anualmente o evento *Xô Preconceito*, com o intuito de estimular reflexões críticas acerca dos temas voltados para as questões étnico-raciais na sociedade. O objetivo é compreender a importância de ações de combate contra o racismo nas escolas públicas de todos o Brasil. (Ver figura 11).

Figura 11: Evento *Xô Preconceito* na escola Arimathéa Cysne, 2019.



Fonte: Autoria própria, 2019.

A ideia do evento surgiu em reuniões a partir do diálogo dos professores da escola sobre o preconceito racial na cidade de Bacabal. No evento são abordados temas como o racismo e o significado do dia da consciência negra. Através dessa ação pedagógica os alunos têm a possibilidade de refletir sobre as práticas racistas presentes no meio social e tem acesso a diferentes tipos de culturas que herdamos dos povos africanos. São ações pedagógicas

fundamentais no combate ao racismo dentro e fora da escola. São momentos de reflexões e socializações de temas que levam os estudantes se questionarem como cidadão participantes inseridos na sociedade. De acordo com os estudos de Rita de Cássia Fazzi (2006),

[...] a socialização entre pares constitui um espaço e tempo privilegiados em que crenças e noções raciais já aprendidas são experimentadas e testadas pelas crianças. E, nessas interações entre si, as crianças vão aprendendo o que significa ser de uma categoria racial ou de outra, criando e recriando o significado social de raça. Observou-se, então, uma espécie de jogo da classificação e autoclassificação raciais, no qual se estabelece um processo de negociação, manipulação e disputa para não ser identificado como um exemplar da categoria preto/negro. Esse jogo se intensifica devido ao reconhecimento da existência de um sistema categorial múltiplo no Brasil. O grande drama desse jogo é a negatividade associada à categoria preto/negro, que expõe as crianças nela classificadas a um permanente ritual de inferiorização, em que são especialmente atingidas por gozações e xingamentos (FAZZI, 2006, p. 218).

Um dos objetivos do evento é promover e estimular uma reflexão antirracista, visto que é preciso vencer a segregação racial presente nas relações sociais que favorece a cultura branca em detrimento da negra e, conseqüentemente, revela o racismo estrutural, muitas vezes de maneira velada. No entanto, durante a observação participante outro ponto chama atenção. Diz respeito alguns professores de outras disciplinas da escola que não adotam iniciativas que possam contribuir para reais mudanças.

Diante dessa realidade, os estudos de Ferreira e Camargo (2011) afirmam que o professor que não lida com temas que envolvam os conflitos étnicos vividos no ambiente escolar, se omitem frente às questões étnicas, tornando este cenário favorecedor da manutenção do preconceito. Desse modo, a escola, mesmo com ações pedagógicas aparadas pela lei 10.639 que torna obrigatório este tipo de iniciativa, acabam contribuindo para a manutenção da discriminação racial e o decorrente sofrimento vivenciados pela maioria da população brasileira.

Sendo assim, fica evidente que o principal desafio na escola é conquistar e chamar a atenção dos alunos. É necessário ter consciência de que a religião é um fenômeno cultural que reflete a cultura de um determinado grupo e também um campo de memória. Portanto, a religião está presente em todos os grupos, é constituída por mitos, rituais e comportamentos morais. Dessa maneira, é preciso quebrar esse ditado do senso comum de que “religião não se discute”. É necessário usar o espaço escolar para lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar nossas raízes africanas e indígenas da cultura brasileira, uma vez que desprezá-las seria desprezar a nós mesmos.

De acordo com Durkheim (1996) “não há, pois, no fundo religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira”. Portanto, conhecer a importância da cultura dos povos africanos e indígenas para a formação da sociedade nas aulas de sociologia é sempre salutar. Desse modo, a abordagem da religiosidade afro-brasileira na escola dá sentido de inclusão inusitado, pois coloca o ser humano no centro do acontecer histórico. Falar sobre a vida cotidiana, o que inclui as religiosidades de matriz africana e indígena, contempla reflexões das representações construídas socialmente.

Em suma, um dos primeiros caminhos a serem trilhados nessa direção de combate ao racismo na escola, é o da inserção de debates e discussões que privilegiem a relação étnico-racial. Sem a inclusão desses temas, os estudantes não constroem suas identidades que estão ligadas à representação da cultura de um ou mais grupos humanos. De acordo com Manuel Castells (2018, p.26), a identidade é um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Portanto, como diz os estudos de Petronilha Silva (1996), triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são e tentam ser, imitando o que não são. Portanto, viva a África, nosso mãe cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção na proposta deste estudo de caso foi fornecer subsídios suficientes para garantir uma reflexão acerca da importância da educação para as relações étnico-raciais no combate ao racismo e invisibilidade da população negra. O propósito inicial desta pesquisa foi analisar e compreender criticamente o processo de implementação da Lei nº 10.639/2003 no livro didático de sociologia de uma escola da rede pública estadual do município de Bacabal/MA, indicando a aproximação ou distanciamento do que está indicado nos documentos oficiais para as relações étnico-raciais. Dessa forma, ao longo do processo de compreensão do tema, seja pela revisão de literatura, seja pela pesquisa documental e de campo, foi possível obter algumas possíveis respostas para os problemas levantados.

Após a investigação, percebe-se que o ensino de sociologia (inserido em um contexto de reforma educacional caracterizado por continuidade e descontinuidade no currículo escolar), apesar do pouco espaço dado as questões étnico-raciais, bem como seus desdobramentos, apresentam algumas evoluções nas representações da cultura africana e afro-brasileira, quando

se encontra presente no livro didático temas como a desigualdade racial, ou o mito da democracia racial, etc.

Após dezoito anos da promulgação da lei que torna obrigatório a inclusão da temática da cultura afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino, embora carregado de limitações, foi identificado que a editora do livro didático analisado preocupou-se em proporcionar algumas discussões significativas e reflexivas sobre as questões étnico-raciais ao apresentar questionamentos sobre culturas, diferenças, diversidade cultural e observação do outro. No entanto, é necessário ressaltar que o caminho é árduo e longo, uma vez que não podemos nos limitar ao livro didático. Sendo assim, o papel do professor é fundamental na construção de um pensamento antirracista. Como afirma os estudos de Munanga (2005),

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p. 18-19).

Outro resposta obtida na investigação, é que apesar da implementação das leis federais 10.639/03 e 11.645/08 tornarem obrigatório o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígenas na educação básica, os órgãos oficiais não oferece subsídios suficientes para a preparação específica sobre o assunto. Os livros distribuídos pelo governo, como foi explanado, não contemplam a temática com profundidade. Aborda de forma superficial os conteúdos específicos como movimentos negros, fim da escravidão, mito da democracia racial, cultura indígena e semana de consciência negra, que são pontuais na história do Brasil.

Outro ponto identificado é que apesar do conhecimento dos professores da instituição acerca das limitações dos livros didáticos, a realidade identificada mostra que a escola reproduz as discriminações e preconceitos da sociedade nas suas relações sociais, uma vez que a maioria dos educadores (o que inclui o professor de sociologia) não ter usufruído conhecimento em suas formações iniciais, questões relacionadas à África, nem a trajetória dos africanos e indígenas no Brasil, o que impossibilita trabalhar com temática de forma coerente, sem associar o tema ao folclore como ocorre na maioria das vezes. Por outro lado, foi identificado a existência do reconhecimento das desigualdades sociais e o desejo de transformá-las por grande parte dos educadores da escola, o que é um ponto positivo para futuras mudanças.

Uma boa sugestão para que seja possível abordar os temas da cultura africana seria se o professor de Sociologia na escola considerar em seu planejamento que levar muita teoria para a sala de aula e encher o quadro de conceitos, tende a afastar os estudantes da disciplina e até mesmo criar entre eles uma antipatia com os temas sociológicos. Portanto, para expor teorias, conceitos e temas da cultura africana e afro-brasileira presente no livro didático analisado e estimular desenvolvimento de um pensamento sociológico e antirracista, propõem-se uso de imagens fotográficas como ponto de partida em direção a um processo de ensino-aprendizagem significativo, uma vez que a fotografia mantém uma relação metafórica com a linguagem e com os textos.

Sendo assim, de acordo com os estudos de Luciana Bittencourt (1994), na antropologia, durante a segunda metade do século XIX, a documentação fotográfica foi largamente utilizada como um meio para justificar uma ideia relacionada a raça e sistemas antropométricos. Nos tempos atuais, o uso desta ferramenta é apropriado para reconstruir imagens positivas dos povos africanos e indígenas no Brasil, pois pode restaurar experiências vividas, levando o espectador a se posicionar na condição de estabelecer conexões entre o contexto sociocultural descrito na narrativa escrita no livro didático e a representada na narrativa visual. Portanto, por meio da imagem é possível identificar as diferentes culturas afro-brasileiras. Seria uma boa maneira de tornar visível essas culturas. De acordo com Reinaldo Prandi (2000),

[...] os próprios afrodescendentes, por não conhecerem sua própria origem, nem sabendo se seus antepassados eram bantos ou sudaneses, também não podiam identificar as origens dos aspectos culturais, como se a cultura brasileira como um todo, ao se apropriar deles, tivesse apagado as fontes (PRANDI, 2000, p.58)

Além disso, o entendimento das dificuldades durante a pesquisa foi de grande importância, pois permitiu repensar as metodologias de ensino visando tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas. Sendo assim, com a introdução da fotografia nas aulas de Sociologia, será possível estimular o exercício da empatia, do colocar-se no lugar do outro, de perceber a realidade social da mesma posição que o outro e do ponto de vista do outro, e de ter consciência de uma sociedade menos racista. De acordo com os estudos de Ana Carolina Lima Santos (2009, p.118), “a fotografia funciona mediante a constituição e o reconhecimento de formas relacionais que permitem estabelecer proporções, correspondências e equivalências com aquelas oferecidas na percepção direta da realidade”.

Portanto, o uso de imagens possivelmente contribuiria para a compreensão do tema. É preciso superar a visão eurocêntrica e promover a abertura a novos conhecimentos para que se

possa avançar na eliminação do racismo e da hierarquia dos saberes. Na abordagem da temática das religiões de matriz africana e indígena, por exemplo, seria interessante contextualizar passado e contemporaneidade das religiões, trazendo formas de abordagens mais interativas. Uma boa opção é fazer uma contextualização utilizando imagens do período colonial e imagens recentes das diversas religiões que fazem parte da diversidade cultural do Brasil. Desse modo seria possível identificar que a intolerância religiosa é mais uma faceta do nosso racismo.

Enfim, o objetivo do presente estudo não é fazer dura crítica às práticas pedagógicas adotadas pelos professores da instituição, mas sim trazer uma reflexão acerca de uma educação democrática. Há muito ainda a ser feito para a inserção de uma educação para relações étnico-raciais no âmbito escolar. Embora o livro didático ocupe uma posição de destaque na cultura escolar, não deve ser a única ferramenta pedagógica para o professor, tendo em vista que é um objeto limitado. Desse modo, para a promoção do rompimento da perspectiva eurocêntrica de saberes que limita o reconhecimento da cultura africana, afro-brasileira e indígena no espaço de saber que constitui a escola, seria proveitoso trabalhar em sala de aula temas que fazem parte da realidade dos alunos, uma vez que podem trazer muitas reflexões, tendo em vista que são temas que fazem parte do cotidiano dos educados da escola pesquisada.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 81-87, 1984.
- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lúcia. Relações Raciais na Mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Psicologia política**. Vol. 10. Nº 19. pp. 57-73. Jan/jun. 2010.
- AMORIM, Rosane Maria de. **As práticas curriculares cotidianas**: um estudo da educação das relações étnico-raciais em escola da rede municipal de ensino do Recife. 2011. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- ANDREWS, George Reid. Ação afirmativa: um modelo para o Brasil. Em J. Souza (Org.). **Multiculturalismo e racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, p.13-17, 1997.
- BASTIDE, Roger. Manifestações do preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENITE, A. M. C; SILVA, J. P; ALVINO, A. C. B. Ferro, Ferreiros e Forja: O Ensino de Química pela Lei nº10.639/03. In: OLIVEIRA, J. M. (org.). Trajeto das Africanidades em Educação. **Educação em Foco**, vol. 21, nº 3. Juiz de Fora: EdUFJF, p.735-768, 2016.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol.24, n.2, p.247-273, 2002.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. SP: Contexto, p.72, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: História, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa[online]**. vol.30, n.3, p. 471-473, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007>. Acesso em: 19 Dez. 2020.

BITTENCOURT, Luciana. **Fotografia enquanto instrumento etnográfico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. pp. 225-41. (Anuário Antropológico, 92).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Parecer CNE/CP 009/2001. Brasília, DF, maio de 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias In: **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, 1996. Brasília: 1996.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, Vera Maria. (Org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Editora Vozes; 10ª edição, 2013.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. vol.1 no.1 Botucatu Aug. 1997.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Selo Negro; 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). **Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)**. Salvador: EDUFBA, 2014.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural no Brasil**. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., (org.). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, p.11-25, 2012.

COELHO, Mauro Cezar. A história, o índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber escolar. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo (Org.). **A História na escola**. Rio de Janeiro: FGV, p.263-280, 2009.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira Participações S.A, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc. Tradução de Viviane Ribeiro. 1999.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A Inclusão da história africana no tempo dos parâmetros curriculares nacionais**. In: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro. São Paulo: USP, 2007.

DA SILVA, Paulo V. B., & ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. Em Dijk, Teun A. V. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, p.73-118, 2008.

DIAS, T. C. As Reflexões sobre a prática docente e o campo religioso afro-brasileiro local. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro-RJ, nº 16, Jan/Jun., p.202-211, 2018.

DIAS, T.C; SOUZA, G.K.S.S. História Africana e da Cultura Afro-Brasileira: Contribuições do Curso de Ciências Humanas/Sociologia da UFMA, Campus de Bacabal-MA. **Kwanissa – Revista de Estudos Africano e Afro-Brasileiros**. n. 6, p.118-143, jul./dez. São Luís, 2020.

DOMINGUES, Petrônio J. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol.24, n.3, p.563-600, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, v.1, Jorge Zahar Editor, 1990.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FÁVERO, Maria de Lurdes. **Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para discussão**. IN: ALVES, Nilda (org.). *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. História e Diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedex**. Campinas: vol. 25, nº 67, p.378-388, set./dez. 2005.

FERREIRA, Ricardo; CAMARGO, Amilton. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Maranhão, v. 31, n. 2, p.374-389, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 68ª edição. São Paulo: paz e Terra, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** (51a ed.). São Paulo: Global, 2006.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Joaquim B. Barbosa Gomes. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade – o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p.98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun./Jul./Ago. Nº 2. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p.95-108, jan./dez. 2008.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil. In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N.; FERNANDES, A.B. (Org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p.93-144, 2011.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora alfabetizadora: leituras como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, p.233-242, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: 3ª edição, Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. Editora Ática, São Paulo: 1988.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.

HIGINO, Mônica Estela Neves. **As relações da criança candomblecista no espaço social da escola**. Monografia. Universidade do Estado da Bahia, 2011.

HILL, Pascoe Grenfell. **Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

IANNI, Octavio. **A era da globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. Quem são e quantos são os índios no Brasil. In: _____. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, cap. 1, p.26-55, 2006.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. A formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Tese de livre docência em Antropologia: FFLCH-USP, 1997.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, N. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estud. av.** vol.18 no.50 São Paulo Jan./Abr. 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NASCIMENTO, Cristiane. Antigo comércio. **Revista da História da Biblioteca Nacional**, Ano 9, n. 108, set. 2014.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Rio de Janeiro, p.4-5, 9 jan. 2017.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos afro-asiáticos**, v. 25, n. 3, p.421-461, 2003.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan. 2009.

ORLANDI, Agostinho Menotti. **África, linhas tortas nos livros didáticos**. Recanto das Letras, São Paulo, 2010.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

PARO, Vitor H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: Paro VH. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, p.121-39, 2001.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **História Hoje**, v. 1, n. 1, p. 111-128, jun. 2012.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Márcia Cristina C. FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP – 9(2)**, São João Del Rei, julho/dezembro/2014.

PRANDI, Reinaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, n.46, p.52-65, junho/agosto, 2000.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à História da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RAMOS, Silva (Org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Sobrevivências religiosas religião, mitologia e culto**. Os africanos no Brasil [online]. p.240, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTAELLA, Lucia; NOTH Winfried. **Imagem - Cognição, Semiótica, Mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SANTOS JÚNIOR, Fernando Gomes dos. **A pedagogia e o lúdico na educação infantil**. Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson, 2010.

SANTOS SOUSA, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996, p. 258.

SANTOS, Ana Carolina Lima. **Realidade e representação: o discurso visual no fotojornalismo**. Mediação. Belo Horizonte, v 9, nº 9, julho-dezembro de 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira, atrás do muro da noite:** dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Lucíola; PARAÍSO, Marlucy Alves. Dicionário crítico da educação: currículo. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, 1996.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade:** da formação à ação. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10a ed. Campinas: Autores Associados; 2008.

SCHIMIDT, Elizabeth Silveira. Currículo: uma abordagem conceitual e histórica. **Publ. UEPG. Hum., Ci. Soc. Apl., Letras e Artes**. Ponta Grossa. Vol. 11, nº. 1, p.59-69, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. Doce lucro. **Revista da História da Biblioteca Nacional**, Ano 8, n. 94, jul. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1º edição, São Paulo, editora Cortez, 2013.

SEVERINO, Renata Alexandre. **A formação da identidade da criança negra no contexto escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Psicólogo no curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, junho 2010.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA MOTA, Kelly Cristine Corrêa da. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Rev. Bras. Educ.** nº.29. Rio de Janeiro Mai/Ago., 2005.

SILVA, Ana Célia da Silva. A desconstrução da Discriminação no Livro didático. In: Munanga, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, p.21-37. 2005.

SILVA, Gizelda Costa da. **A importância das culturas africanas no ensino de História**. In: SILVA, Marcos. (Org.) **História: que ensino é esse?** Campinas: Papirus, p.53-63, 2015.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A sociologia no ensino médio:** os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Revista Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, p.403-427, jul./dez. 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N.; FERNANDES, A.B. (Org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p.11-37,2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Parecer homologado**. Brasília, DF, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.

TERRA Izabela Gonçalves. Imagens e representações sociais: contribuições da análise semiótica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n.2, p.291-302, abr./jun. 2016.

THORNTON, John. **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro, editora Campus, 2004.

VESENTINI, José William. **A questão do livro didático no ensino da Geografia**. Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos (organizadora). 5.ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os Estudos Africanos no Brasil: Passado e Futuro. **Cienc. Cult.** vol.59 no. 2 São Paulo Ap./Jun. 2007.